

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL CEI DAVID CARNEIRO
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL CEI DAVID CARNEIRO
EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 2016

1. Contexto Socioeconômico, Cultural, Educacional, Físico e Ambiental.

A Escola Municipal CEI David Carneiro é uma Escola de Tempo Integral e oferta 1800 horas anuais a 100% de seus estudantes, com 9 horas diárias de atividades pedagógicas, incluída 1 (uma) hora de almoço e 200 dias letivos conforme Calendário Escolar. Das 1800 horas, há um mínimo obrigatório de 800 horas para o desenvolvimento dos componentes curriculares da Base Nacional Comum, 800 horas em período contrário, distribuídas entre as práticas educativas da educação integral, propostas nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, e mais 200 horas para almoço. O Tempo Livre na escola é ofertado nos horários do intervalo de almoço e dos recreios da manhã e tarde, com atividades diversificadas, planejadas e acompanhadas pelos Auxiliares de Serviços Escolares (inspetores) que participam da Formação Continuada oferecida pela Secretaria Municipal de Educação (SME). Entende-se que o recreio é um intervalo entre as aulas, ou seja, um intervalo direcionado as atividades lúdicas. Neste contexto a escola deve utilizar materiais recicláveis, para confecção de jogos para os estudantes utilizarem no aproveitamento do tempo de forma saudável, criativa, contribuindo assim com o desenvolvimento das suas estruturas físicas, intelectuais e sócias.

No Calendário Escolar da Escola de Tempo Integral que é regulamentado conforme Instrução Normativa Anual do CTEFE com 200 dias letivos deverá estar previsto 4 (quatro) reuniões de Organização do Trabalho

Pedagógico (OTP) integrando os profissionais que atuam no contra turno com o profissionais que atuam no turno regular,

As matrículas dos nossos estudantes são realizadas no período regular através de requerimento próprio e termo de ciência e compromisso referente á frequência diária integral e assinados pelos pais e/ou responsáveis legais.

Em nossa escola por atender 100% dos estudantes em período integral, as turmas do contra turno deverão ter a mesma composição de turno em que os estudantes desenvolvem os componentes curriculares da Base Nacional Comum.

Os componentes curriculares obrigatórios do Ensino Fundamental são: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Arte, Educação Física, e Ensino Religioso e na Educação Integral há Práticas de Acompanhamento Pedagógico, Práticas Artísticas, Práticas do Movimento e Iniciação Esportiva, Práticas de Educação Ambiental e Práticas de Ciência e Tecnologias.

As avaliações na Escola Municipal CEI David Carneiro são através de diferentes verificações da apropriação dos conteúdos trabalhados, através de atividades avaliativas observando o desenvolvimento individual de cada estudante. O sistema de avaliação prevê, como forma de registro do rendimento escolar, um parecer que contém os critérios de cada componente curricular. Esse parecer é preenchido trimestralmente pelos professores, que analisam os objetivos a serem alcançados, tendo por base os Critérios de Avaliação da Aprendizagem da Secretaria Municipal de Educação (SME) 2010.

Nas Práticas Educativas a avaliação ocorre de forma diferenciada, onde integra o conhecimento acadêmico aos saberes dos próprios estudantes. Os estudantes não se referem apenas às habilidades acadêmicas e conteúdos escolares, mas passam por habilidades sócioemocionais, de convivência, de respeito à diversidade, de estar e agir no mundo e os estudantes são contemplados nos processos avaliativos considerando capacidades motoras, de equilíbrio, autonomia, relação interpessoal e inserção social.

A avaliação dos 390 estudantes que frequentam a escola em tempo integral é um instrumento processual do acompanhamento da aprendizagem, considerando os saberes prévios dos estudantes, o que querem aprender e a

singularidade de cada um. O registro dos estudantes nas Práticas Educativas desenvolvidas é feito no Portfólio que é o instrumento mais adequado.

Na Escola Municipal CEI David Carneiro as salas ambiente aonde os estudantes participam das práticas educativas no contra turno dispõe de materiais didático-pedagógicos específicos para o desenvolvimento das atividades. Os materiais foram adquiridos através do Programa Mais Educação desde 2014.

O objetivo desta organização de espaços é que cada sala, uma vez especializada, conte com os subsídios materiais necessários para a ilustração e enriquecimento das aulas. Com isso os estudantes interagem com uma maior diversidade de recursos e materiais pedagógicos e tem mais condições de estabelecer uma relação entre o conhecimento escolar, a sua vida e o mundo. Além disso, o conceito de sala ambiente considera que o quadro negro não é único recurso válido no processo de ensino-aprendizagem na forma presencial.

A proposta consiste em verificar se a sala ambiente/temática é uma ferramenta favorável ao processo de ensino aprendizagem, levando em consideração sua organização e disposição de materiais. O planejamento de um ambiente, independente da esfera da vida social a que esteja relacionado, exige que o responsável pela ação pense não somente na divisão do espaço e na função a que ele se destina, mas também na disposição dos móveis, os significados que os designs transmitirão aos usuários, visando despertar-lhes “comportamentos específicos, distintas ações e diferentes atitudes” (GUERRA, 2007).

O tempo ampliado na escola de tempo integral na rotina de nove horas diárias é uma oferta, uma estratégia que visa a qualificação das atividades pedagógicas.

Durante o almoço dos estudantes os professores que acompanham os estudantes incentivam a alimentação saudável, acompanham a distribuição dos alimentos realizada pelas funcionárias da Empresa Risotolândia e após o almoço organizam pequenos grupos de estudantes para fazerem a higiene bucal.

Em seguida os estudantes saem para o horário do intervalo, onde participam de atividades diversificadas das quais tem livre escolha de participar monitoradas pelos Auxiliares de Serviços Escolares (inspetores).

1.1 Identificação

Nome da Instituição: Escola Municipal CEI David Carneiro

Endereço: Rua João Batista Zagonel Passos, 1161 Xaxim – Curitiba – Paraná

Telefone: (41) 3378-6364

Endereço eletrônico: emdavidcarneiro@sme.curitiba.pr.org.br

Equipe gestora:

Diretora: Cristiane Inêz Bassan Martins Rocha

Vice-Diretora: Mara Letícia Martins Lima

Coordenadora Administrativa: Débora Silva da Veiga Pereira

Equipe pedagógica:

Leonete de Souza Toledo

Janete Franco Teodoro

Articuladora Pedagógica da Educação Integral: Anegreth Hille Meier

Articuladora Pedagógica da Educação de Jovens e Adultos: Karla Estefânia Maziero

Apresentação:

O Projeto Pedagógico da Escola Municipal CEI David Carneiro está sendo reelaborado para nortear os encaminhamentos pedagógicos e metodológicos, com o intuito da melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Existe uma constante preocupação da Equipe Pedagógico-Administrativa de proporcionar aos educandos uma aprendizagem que venha de encontro com as necessidades da realidade que os cercam formando cidadãos que atuem positivamente na sociedade que estão inseridos.

Historiador, engenheiro, colecionador e poeta. Estes são alguns dos títulos que podem ser atribuídos a David Antonio da Silva Carneiro, mais conhecido como professor David Carneiro. Filho de um dos mais importantes industriais do mate do Paraná – o Coronel David Carneiro – nasceu em 1904 e dedicou a vida a resgatar e divulgar a história do Paraná e do Brasil. Antes de ser historiador, estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, mas voltou a Curitiba onde diplomou-se em engenharia civil, em 1928. Na década de 1950, assumiu a cadeira de “Evolução da Conjuntura Econômica” na Faculdade de Economia da Universidade Federal do Paraná – tal cadeira não existia e foi criada especialmente para ele. Foi professor visitante em universidades dos Estados Unidos, onde lecionou História e Economia. Escreveu em torno de 70 livros, entre eles “O Cerco da Lapa e Seus Heróis”. Por inspiração do pai, reuniu durante toda sua vida uma coleção de objetos, documentos e pinturas que retratam a história do estado, como a Revolução Federalista, abrigadas no museu particular que fundou em 1928.

Um resquício da arquitetura neocolonial em Curitiba, Jornal Gazeta do Povo, visitado em 25 de julho de 2015.

1.2 Caracterização da Instituição de Ensino e da Comunidade Escolar

1.2.1 Caracterização da Instituição de Ensino

A Escola Municipal CEI David Carneiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental foi criada pelo Decreto Lei Nº 526 de 28 de Novembro de 1988, publicado no Diário Oficial do município Nº 98 de Novembro de 1988.

O seu funcionamento foi autorizado através da Resolução Nº 846/1990, com efeito retroativo ao ano de 1988, para ofertar os 4 anos iniciais do Ensino Fundamental, na época denominado 1º Grau por força da LDB (Lei Nº 5.692/71).

Sua inauguração formal ocorreu em 30 de Outubro de 1989.

A Escola Jardim Rosemary – Ensino de Primeiro Grau, localizada à Rua João Batista Zagonel Passos, 1161, entre a Avenida Canal Xaxim e a Travessa nº 2, Bairro Xaxim, foi criada pelo decreto nº 368 de 10 de setembro de 1982, na gestão da Secretária de Estado da Educação professora Gilda Poli Rocha Loures e Prefeito Municipal o Senhor Jaime Lerner.

Em 24 de agosto de 1982 iniciou suas atividades normais, atendendo alunos de 1ª à 4ª série, contando, para isso, com 23 professores, 2 secretárias, 1 inspetora de alunos e 1 cantineira.

Foi nomeada como diretora a professora Maria Cândida Teixeira, pela portaria nº. 1176 de 13 de setembro de 1982.

Pelo decreto nº 264/83 de agosto de 1983, a escola teve seu nome alterado de Escola Jardim Rosemary – Ensino de Primeiro Grau para Escola Municipal Jardim Rosemary – Ensino de Primeiro Grau.

Em 30 de dezembro de 1982, a resolução nº 3745, autoriza o funcionamento da escola, tendo sido publicada em diário oficial nº 1485 de 1º de março de 1983.

Em 17 de novembro de 1983, foi criada APPF da escola, tendo como primeiro presidente o Sr. Luís Mário da Rocha, sendo elaborado nesta gestão, o estatuto para o funcionamento da mesma.

Em 30 de novembro de 1983, a professora Maria Cândida Teixeira foi eleita pelo colegiado da escola para gestão 84/85 cujo resultado foi referendado pela Prefeitura Municipal, através do decreto nº 35 de 06 de fevereiro de 1984.

Ao término deste mandato procedeu-se nova eleição para a gestão 86/87, sendo eleita a professora Maria da Graça Lima Zendrini, nomeada pelo decreto nº 125 de 31 de janeiro de 1986, sendo a mesma reeleita para o período 88/89 pelo decreto nº 39/88.

Para a gestão 90/91 foi eleita a professora Lúcia Alves da Silva, nomeada pelo decreto nº 590 de 15 de dezembro de 1989.

No início de 1990 a escola foi ampliada com a construção de duas salas de aula, aumentando com isso, o número de funcionários, sendo 30 professores, 1 orientadora educacional, 1 supervisora escolar, 2 secretários, 3 cantineiras, 3 serventes, 1 guarda municipal no diurno e 2 vigias no noturno.

Em fevereiro de 1991, foram abertas duas turmas à noite para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em agosto de 1991, dobrou o número de pedagogos na escola, ficando uma orientadora educacional e uma supervisora escolar por período.

Em novembro de 1991, aconteceu a reeleição da professora Lúcia Alves da Silva para a gestão 92/93, referendado pelo decreto nº 834 de 24 de dezembro de 1991.

Em 1991 foi dado início à construção do Centro de Educação Integral, denominado Anexo II, um segundo prédio com 03 andares que chamaremos de “pisos”, juntamente com essa construção foi construído um refeitório junto ao Anexo I.

Em 03 de setembro de 1992, o Centro de Educação Integral David Carneiro foi inaugurado, contando com a presença do Sr. prefeito Jaime Lerner, a Secretária da Educação Municipal Sra. Sueli Moraes Seixas e demais autoridades.

Em 27 de outubro de 1992, através do decreto nº 761/92, a Escola Municipal Jardim Rosemary Ensino de 1º Grau, passou a denominar-se Centro de Educação Integral David Carneiro – Escola Municipal Ensino de 1º Grau.

No mês de setembro de 1992 deu-se início as atividades com os professores que trabalhariam no Anexo II, em outubro e novembro do mesmo ano, início das atividades com os alunos.

Em 1993, aumenta o quadro de pessoal devido às atividades do Anexo II, sendo 1 diretora, 2 secretárias, 4 inspetoras, 3 orientadoras (sendo uma alternada), 2 supervisoras, 1 chefe de apoio, 6 cantineiras, 8 serventes, 64 professores, 2 guardas noturnos e 1 diurno.

A partir de agosto de 1993, a APM (Associação de Pais e Mestres) muda o nome para APPF (Associação de Pais, Professores e Funcionários), tendo com presidente da APPF o Sr. Luís Mário da Rocha.

Em novembro de 1993, acontece a eleição para a direção da escola, concorrendo três chapas, vencendo a chapa nº 3 da orientadora Maria Decollin Osternack para a direção e professora Bianca Cristina Osternack Jede na vice-direção na gestão de 94/96, referendado pelo decreto nº 1443 de 28 de dezembro de 1993.

Através da resolução nº 2700/93, fica autorizado o desenvolvimento da proposta de Educação Básica de Jovens e Adultos ao nível das quatro primeiras séries do 1º grau supletivo neste Centro de Educação Integral.

Em 04 de abril de 1994, foi baixada a resolução nº 4311/94 que trata da autorização para funcionamento da Sala de Recursos, para atendimento de crianças com distúrbios de aprendizagem e que, após passarem por uma avaliação psicopedagógica e demais avaliações específicas, passam a receber mais este atendimento.

O funcionamento desta modalidade de Educação Especial está fundamentado na deliberação 020/86, do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

A partir de 28 de novembro de 1994, os serviços de limpeza da escola foram terceirizados, através de uma concorrência pública para tal fim, ficando responsável por este serviço a Empresa Ambiental – Limpeza e Conservação Ltda, com responsabilidade de material e pessoal.

Neste mesmo ano o pessoal de serviços gerais entra em remanejamento através da ordem de serviço nº 20.

Através da resolução nº 710/94 de 10/02/94, fica prorrogado por cinco (05) anos, a partir do início do corrente ano letivo o prazo de autorização de

funcionamento desta Escola Municipal de Curitiba, mantida pela Prefeitura Municipal, com oferta das quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau.

Em outubro de 1995, pelo convênio Dinheiro na Escola, a escola passa a contar com mais um recurso financeiro liberado pelo Governo Federal, a responsabilidade desse recurso também passam a serem administrados pela Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) juntamente com o Conselho de Escola.

Em 30 de novembro de 1996, aconteceu a re-eleição da orientadora Maria Decollin Osternack para a direção e professora Bianca Cristina Osternack Jede na vice-direção, concorrendo chapa única, para a gestão de 97/98, referendado pelo decreto nº 00940/96 de 06 de março de 1997.

Em 1997, através da resolução nº 3287/97 de 29 de setembro de 1997, fica prorrogado o ato de autorização de funcionamento da Sala de Recursos, concedida pela resolução nº 4311/94 de 31/08/94.

No final de 1997, deu-se início as reformas e ampliações das instalações deste Centro de Educação Integral. Nesta reforma foram construídas duas salas de aula, um almoxarifado para guardar material escolar, duas salas menores, uma para recuperação e outra para Sala de Recursos, dois banheiros, sendo um masculino e um feminino para os professores. Onde funcionava a secretaria passou a ser mais uma sala de recuperação.

Foi demolida a antiga cantina transformando-a em um corredor com saída para o pátio externo, foi construída também uma quadra poliesportiva.

Em setembro de 1997 a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) e Conselho de Escola passam a administrar mais uma verba denominada Projeto de Descentralização, com a qual deve se fazer a manutenção da escola, não mais dependendo da mantenedora.

Pela resolução nº 321/98 fica renovado o ato de autorização do funcionamento do Programa de Educação de Jovens e Adultos em nível das quatro primeiras séries do 1º grau supletivo.

Em fevereiro de 1998 fica terceirizada a cantina deste Centro de Educação Integral, assumindo integralmente a Empresa Risotolândia com 4 cantineiras e o fornecimento de toda alimentação escolar.

Ficando na escola apenas uma cantineira, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Em outubro de 1998 foi liberada, pelo Prefeito de Curitiba, uma verba extraordinária sob a responsabilidade da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) e Conselho de Escola. Este recurso se destina a melhorias nas dependências deste Centro de Educação Integral. Esta reforma abrange revisão elétrica e hidráulica nos dois complexos, reforma no telhado do Complexo II e reforma geral nos banheiros masculino e feminino do Complexo I. Continuando com as reformas, foi liberada em 1999, uma nova verba extra chamada de obra das chuvas, contando com troca de piso do refeitório e drenagem do pátio.

Pelo decreto nº 09 de 07 de janeiro de 1999, altera o nome da Escola de Centro de Educação Integral David Carneiro, Escola Municipal – Ensino de 1º grau para Centro de Educação Integral David Carneiro, Escola Municipal – Ensino Fundamental.

Em 16 de abril de 1999, este Centro de Educação Integral optou pela escola ciclada abrangendo inicialmente a 1ª fase do ciclo I, da Lei 9394/96.

Em 1999 houve eleição para direção da escola, vencendo a chapa composta por Bianca Cristina Osternack Jede para direção e Maria Decollin Osternack para vice-direção, para a gestão de 2000 a 2002.

Houve implantação do Laboratório de Informática através do “Projeto Digitando o Futuro”, com a compra de computadores e material pedagógico como as mesas alfabeto, multi-kid, combo, etc.

No ano de 2000 foi realizada eleição para nova diretoria da Associação de Pais Professores e Funcionários (APPF), tendo como presidente a Sra. Cleusa Borges Pereira, com mandato 2000 a 2003.

Neste mesmo ano iniciou-se a criação do Jornalzinho da escola com o nome “Cantinho do Estudante”, através da oficina Cultura das Mídias.

A escola recebeu da Secretaria Municipal da Educação um certificado pelo excelente trabalho realizado no Laboratório de Informática.

A professora da biblioteca, juntamente com os alunos, organizou e realizou a 1ª Feira do Livro, com apresentação de teatro pelos alunos da oficina “Eu li e fiz”.

Dia 24 de abril de 2001 foi realizado o Dia Nacional da Família na Escola, com os facilitadores da Assintec.

No evento da entrega solene da “Distinção Honorífica Mérito Operário Padrão”, a diretora Bianca foi convocada para representar o Secretário da Educação.

O Cabo Borges da Polícia Militar desenvolveu um trabalho com os alunos da escola enfatizando o cuidado que se deve ter no trânsito, intitulado “Perigos no Trânsito”.

Neste ano a escola recebeu sua primeira aluna de inclusão, na 1ª Etapa do Ciclo I. Os alunos de sua turma tiveram o privilégio de compartilhar com ela a apresentação realizada no “Festival conta que eu danço”, promovido pela Secretaria Municipal da Educação na Ópera de Arame.

Dia 24 de setembro do corrente ano, os alunos da Escola Especial Helena W. Antipoff que compõem o coral da escola realizaram uma apresentação aos alunos do CEI David Carneiro, representado através de teatro “A Bela e a Fera, Peter Pan, Menina Bonita, A Velha, A história da casinha torta”.

O coral formado pelos alunos do CEI David Carneiro e regido pela professora Renildes A. Chiquito participou do Festival da Primavera na Comunidade São Judas Tadeu; a professora Renildes participou da comissão julgadora.

O projeto desenvolvido por algumas professoras da escola com os alunos da Segunda Etapa do Ciclo II culminou na noite de autógrafos com a edição, pela Secretaria Municipal da Educação, do livro de poesias “Voando nas asas da imaginação”.

No decorrer do ano foi desenvolvido o projeto “Olho d’água”, com as atividades da limpeza das margens e do rio Padilhas e plantio de árvores, com o apoio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Foi realizada a construção da quadra poliesportiva.

No final do ano foi realizada a Festa de Natal dos alunos com a presença do Papai Noel e a doação dos uniformes no Pinheirinho de Natal pelos alunos da Segunda Etapa do Ciclo II, que se despediam da Escola.

A implantação de turmas de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental em nossa escola, no ano de 2002, através de um acordo estabelecido entre a Secretaria Municipal da Educação (SME) e Secretaria Estadual da Educação (SEED), sendo nossa escola atendida pelo CEEBJA Potty Lazarotto.

O Dia da Família na Escola, no ano de 2002, foi realizado dia 04 de junho e, dia 06 de junho, a III Feira do livro, com a apresentação da peça teatral pelos próprios alunos.

“Os Quatro Elementos da Natureza” foi a denominação da peça teatral apresentada aos alunos com o objetivo de despertar ainda mais a conscientização pela preservação do meio natural necessário a sobrevivência de todo ser vivo.

Os alunos do diurno e noturno se uniram na coleta de objetos artesanais para realizar a Feira do Artesanato, dia 10 de julho.

Com a parceria firmada em agosto de 2002, entre a Escola CEI David Carneiro e a Empresa Positivo Informática, a Escola passou a receber assessoramento técnico e pedagógico e visitas de entidades de outras cidades e estados, para demonstração dos equipamentos (mesa alfabeto e portal) em atividade pelos alunos.

Em 2003, as terças-feiras, deu-se início ao Programa Qualidade de Vida para professores e funcionários, no início de cada período de trabalho eram realizadas atividades físicas de alongamento para iniciar o expediente.

Em 28 de maio a escola participou, pela primeira vez, do “Dia do desafio”, durante 15 minutos todos os alunos, professores e funcionários foram convocados para fazer atividades físicas. O objetivo do Programa “Dia do desafio” é levar o maior número de pessoas a praticar algum tipo de exercício físico.

Neste mesmo dia, no período da noite, as 19h30, a Educação de Jovens e Adultos, o PAC e a comunidade assistiram a apresentação do “Grupo Musical Magnitude”.

Em 27 de junho a escola recebeu a visita de seu ex-aluno (de 1982 a 1986) Paulo Miranda, jogador de futebol do Paraná Clube, Atlético Paranaense, Vasco da Gama, em viagem ao Bordeaux na França.

Neste ano houve a implantação do Projeto Conviver, abrindo a escola para a comunidade aos sábados, com programação variada e participação de outras secretarias.

Com dedicação e esforço a direção conseguiu realizar mais um dos seus objetivos com a comunidade, a criação do “Clube das Mães”, todas as

quintas-feiras, mães, senhoras e jovens da comunidade se reuniam para troca de ensinamentos de pintura em tecido, tricô, crochê, fuxico, etc.

Liderada pela presidente da APPF, a Sra. Suely Assunção Neris, a comunidade realizou a pintura externa do muro da escola.

Dia 27 de setembro foi realizada a Feira do Conhecimento, enfatizando a colonização do nosso país, com belíssimas apresentações de danças e culturas através de exposições de material e utensílios usados pelos diversos povos.

Os alunos da EJA, juntamente com suas professoras, tiveram o privilégio de assistir, no teatro Guaíra, a peça de balé “O Grande Circo Místico”.

Em parceria o CEI David Carneiro e a Secretaria do Abastecimento, ofertaram a comunidade cursos de utilização da soja e nutrição. Após a aprendizagem de vários pratos práticos, nutritivos e saborosos, houve a degustação por todos os participantes.

Entre os anos de 2003 e 2004 foram realizadas reformas no Anexo I e II com revisão elétrica, hidráulica e pintura.

No ano de 2004 a escola recebeu a feliz notícia de que o ex-aluno Felipe H. Ribeiro dos Santos fora aprovado no curso de Oficiais do Guatupê.

A escola recebeu o “Diploma de Reconhecimento de Mérito”, pela participação com seus alunos do Projeto de Ação Voluntária, sendo agraciada com o “Selo Solidário”.

Os alunos do CEI David Carneiro foram privilegiados com a parceria firmada entre o CEI e o Colégio Senhora de Fátima, que passa a oferecer, através dos alunos do Projeto VIDAS (Valor, Igualdade, doação, amizade e solidariedade), algumas atividades como: recreio dirigido, salão de beleza, doação de brinquedos no Dia da Criança e no Natal, livros de histórias e brinquedos para a Brinquedoteca.

Iniciou-se a construção da quadra coberta.

Alunos da EJA visitam a Escola Francisco Derosso para ensinar aos alunos da EJA daquela escola, a produzir produtos como: detergente, desinfetante, amaciante e sabão em pedra de álcool, produtos que aprenderam durante o desenvolvimento de um projeto em nossa escola.

O CEI David Carneiro teve participação no Projeto “Escola Participativa”, desenvolvido pela Guarda Municipal.

No início do ano de 2005 foi realizada Eleição para nova Diretoria da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), sendo eleita como presidente a Sra. Enéia Aparecida Spindula.

Alunos da Segunda Etapa do Ciclo II e da EJA participaram do Projeto Jovens Governantes, numa parceria entre Secretaria Municipal da Educação e a Empresa Positivo Informática.

Os alunos do CEI David Carneiro receberam com muito carinho a visita de Carmem Silva dos Santos, atleta parapléica, campeã da Região Sul de arremesso de peso, disco e dardo.

No mês de julho, durante a festa Julina, na presença da Sra. Secretária da Educação Eleonora Bonatto Fruet e autoridades da Empresa Positivo Informática, representada por Adriana Flores e Ana Cláudia, amplia-se a parceria, desta vez o Projeto Piloto com a mesa de inglês, selando o momento com uma placa alusiva e presentes: refrigerador, micro-ondas, DVD, scanner e microcomputador.

Em 08 de outubro a escola abre nos finais de semana, pela primeira vez, com o Projeto Comunidade Escola, com a coordenação das professoras Aparecida de Castro de Paula e Sofia Canellas Monserrat, e atividades de lazer, culturais, artesanato, cidadania e empreendedorismo.

No mês de novembro, mais uma vez a escola é agraciada com a doação de seis microcomputadores de mesa da Empresa Positivo Informática, montando assim, o segundo laboratório de informática para os alunos.

Ocorreu ainda no final deste ano a eleição para direção da escola, sendo eleita a pedagoga Maria Decollin Osternack e como vice a professora Bianca Cristina Osternack.

O ensino na Escola Municipal CEI David Carneiro, está organizado em Ciclos de Aprendizagem, conforme Parecer 487/99, aprovado em 12/11/1999, pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná. O Ciclo I tem duração de 3 anos e o Ciclo II de dois anos. O primeiro ano do Ciclo I é destinado a crianças que completam 6 anos no período letivo corrente e àquelas que já possuem 7 anos ou irão completar em qualquer período do mesmo ano, conforme Parecer CNE/CEB n ° 18, de 15 de setembro de 2005 e Deliberação CEE/PR n ° 03, de 09 de junho de 2006.

A Escola Municipal CEI David Carneiro - atende além da educação básica nas etapas do Ensino Fundamental, atende também as modalidades da Educação Integral e a Educação Especial (Sala Multifuncional). Encontram-se matriculados no ano de 2015 cerca de 400 alunos.

1.2.2 Atos normativos de criação e denominação da Escola.

Foi utilizado o seguinte referencial teórico: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Diretrizes Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental, e Médio, Educação Infantil, Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, Deliberações CEE nº 014/97, 003/99, 004/99, 007/99, 010/99, 011/99, 012/99 e demais autores que abordam a questão.

- Autorização- Resolução nº3745/82 – Data: 30/12/1982 – Autoriza o funcionamento do Ensino de 1º Grau – 1ª a 4ª série, a partir de 1982 da **Escola Jardim Rosemary – Ensino de 1º Grau.**

- Renovação – Resolução nº 131/85 – Data: 15/01/1985 – Prorroga o prazo da autorização do funcionamento do Ensino de 1º Grau – 1ª a 4ª série, por 05 anos, a partir no início de 1982, da **Escola Municipal Jardim Rosemary – Ensino de 1º Grau.**

- Renovação – Resolução: nº 2908/90 - Data: 09/10/1990 – Prorroga o prazo da autorização do funcionamento do Ensino de 1º Grau – 1ª a 4ª série, a partir de 1992, por 02 anos, da **Escola Municipal Jardim Rosemary – Ensino de 1º Grau.**

- Renovação – Resolução: nº 4052/91 - Data: 28/11/1991 – Prorroga o prazo da autorização do funcionamento do Ensino de 1º Grau – 1ª a 4ª série, a partir de 1992, por 02 anos, da **Escola Municipal Jardim Rosemary – Ensino de 1º Grau.**

- Renovação – Resolução: nº 710/94 - Data: 10/02/1994 – Prorroga o prazo da autorização do funcionamento do Ensino de 1º Grau – 1ª a 4ª série, a partir de 1994, por 05 anos, do **Centro de Educação Integral David Carneiro, Escola Municipal – Ensino de Primeiro Grau.**

- Renovação – Resolução: nº 3203/99 - Data: 18/08/1999 – Renova por tempo indeterminado prazo de autorização de Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série, a partir de 1999 da **Escola Municipal CEI David Carneiro – Ensino Fundamental**.

- Renovação – Resolução: nº 1516/06 - Data: 18/04/2006 – Renova por 04 anos, o prazo de autorização do funcionamento do Ensino Fundamental (Ciclo I e II), a partir de 2006, da **Escola Municipal CEI David Carneiro – Educação Infantil e Ensino Fundamental**.

- Autorização - Resolução nº 4164/04 – Data: 17/12/2004 - Autoriza o funcionamento da **Educação Infantil**, (04 a 06 anos), a partir do início do ano letivo de 2004.

- Cessaçãõ temporária – Ato Administrativo nº 554/05 – 23/06/2005. Cessa temporariamente, desde 2005 a **Educação Infantil**.

- Renovação – Resolução: nº 58/2009 - Data: 23/03/2009 – Renova a autorização da **Educação Infantil: Pré- Escola**, para o ano letivo de 2009, em caráter provisório, podendo ser prorrogado por mais um ano, ficando regularizados os anos de 2007 e 2008. (Parecer de Verificação nº 73/09 – 23/03/2009) CTEFE/SME.

- Resolução nº 3287/97 – Data: 29/09/1997- Autoriza o funcionamento da **Sala de Recursos, Distúrbios de Aprendizagem**.

- Resolução nº 4311/94 – Data: 31/08/1994- Autoriza o funcionamento da **Sala de Recursos, Distúrbios de Aprendizagem**, com carga horária semanal de 20 horas.

- Resolução nº 2845/01 – Data: 18/10/2001- Renovação por tempo indeterminado o prazo de autorização de funcionamento da **Sala de Recursos, Distúrbios de Aprendizagem**.

- Autorização- Resolução nº1131/02 – Data: 19/04/2002 - Autoriza o funcionamento do **Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos - EJA – Fase I**.

- Autorização- Resolução nº3851/07 – Data: 12/09/2007 - Autoriza o funcionamento do **Ensino Fundamental**, presencial, da modalidade **Educação de Jovens e Adultos – EJA – Fase I** a partir do 1º semestre do ano letivo de 2006, em caráter excepcional, com validade de 01 (um) ano.

- Revogação - Resolução nº4977/07 – Data: 04/12/2007. Revoga a resolução nº 3851/07 - Data: 12/09/2007.

- Renovação - Resolução nº4977/07 – Data: 04/12/2007. Renova o prazo de autorização para o funcionamento do **Ensino Fundamental** presencial, da modalidade **Educação de Jovens e Adultos – EJA – Fase I**, a partir do 1º semestre do ano letivo de 2006, em caráter excepcional, com validade de 01 (um) ano.

- Renovação - Resolução nº73/2008 – Data: 10/12/2008. Renova a autorização de funcionamento do **Ensino Fundamental**, na modalidade **Educação de Jovens e Adultos – EJA – Fase I**, para o ano letivo de 2009, em caráter provisório, podendo ser prorrogado por igual período, ficando os anos 2007 e 2008 regularizados. (Parecer de Verificação nº 94/08 de 28/10/2008).

- Renovação da Autorização do Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos – Fase I – Resolução nº 188/14, de 21 de outubro de 2014, da Secretaria Municipal de Curitiba.

- Renovação da Autorização do Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos – Fase I – Resolução nº 83/16, de 21 de julho de 2016, da Secretaria Municipal de Curitiba.

-DECRETO nº 2545/88: instituição do **Ciclo Básico de Alfabetização**.

-DECRETO n.º 2325/93: instituído o CBA 04 anos-De acordo com a Lei nº 11.114 de 14 de maio de 2005, é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores a partir dos seis anos de idade no Ensino Fundamental.

- A Lei nº 11.274 de 06 de fevereiro de 2006 em seu artigo 32 coloca o Ensino Fundamental obrigatório com duração mínima de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade. Portanto a obrigatoriedade que era de oito anos, passou para nove anos.

- De acordo com a Lei nº 10.639/06 sancionada pelo Governo Federal, fica instituída a obrigatoriedade da temática **História e Cultura Afro-Brasileira** nos currículos escolares.

- Resolução nº 3287/97 – Data: 29/09/1997- Autoriza o funcionamento da **Sala de Recursos, Distúrbios de Aprendizagem**.

- Resolução nº 4311/94 – Data: 31/08/1994- Autoriza o funcionamento da **Sala de Recursos, Distúrbios de Aprendizagem**, com carga horária semanal de 20 horas.

- Resolução nº 2845/01 – Data: 18/10/2001- Renovação por tempo indeterminado o prazo de autorização de funcionamento da Sala de Recursos.

1.2.3. Caracterização da Comunidade Escolar

A Escola está situada na Região Sul de Curitiba, numa área plana de uma baixada, fazendo fundo com o Ribeirão dos Padilhas, rio que separa o bairro Xaxim do bairro Pinheirinho.

A Escola Municipal CEI David Carneiro – EIEF atende educandos da faixa etária de 5 anos a 10 anos no Ensino Fundamental e alunos de até 12 anos na Sala de Recursos.

A maioria dos alunos pertence a famílias oriundas do interior do Estado e também de outros vizinhos. São pessoas que chegam a Curitiba, sem profissão definida e com baixo poder econômico à procura de melhor qualidade de vida. Não encontrando condições favoráveis, instalam-se em barracos e meias-águas às margens do Rio dos Padilha. Posteriormente invadiram áreas públicas ou particulares, formando invasões, onde se instalaram sem a mínima infraestrutura pondo em risco a saúde de todas as famílias.

A sobrevivência dessas famílias depende de subempregos ou atividades de baixa remuneração, isto quando não passam por longos períodos desempregados. Boa parte dessas famílias são catadores de material reciclável. Por isso, matriculam seus filhos nesta Escola em período integral para que os mesmos não fiquem sozinhos ou nas ruas e recebam três refeições diariamente. Portanto, nosso aluno é proveniente de famílias culturalmente carentes e necessitadas, trazendo consigo a bagagem limitada de experiências pessoais, apresentando baixos níveis de escolarização. Nossos alunos necessitam receber da escola: alimentação, material escolar, roupas, calçados, encaminhamentos médicos, odontológicos, fonoaudiológicos e psicopedagógicos.

A segurança pública é precária, com relação à saúde, a comunidade é atendida por dois postos de saúde.

A comunidade conta apenas com pequenos estabelecimentos como bares e panificadoras, sendo servida por uma única linha de ônibus alimentador.

A escola encontra-se localizada no bairro Xaxim. Segundo dados do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – 2010) o bairro é constituído com cerca de 57.182 (cinquenta e sete mil, cento e oitenta e dois) habitantes domiciliados em aproximadamente 19.087 (dezenove mil, e oitenta e sete) residências. A renda per capita em salários mínimos no bairro, varia na média de 23,39% entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo e 35,87% de 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos mensais.

Mais da metade da população não alfabetizada de Curitiba está concentrada em apenas sete bairros. Dos cerca de 30 mil curitibanos que não sabem ler e escrever, mais de 15 mil moram na Cidade Industrial, Sítio Cercado, Cajuru, Tatuquara, Uberaba, Pinheirinho e Boqueirão, não por acaso os mais populosos da capital. Em quatro Núcleos Regionais de Educação (NRE), a média de maiores de 15 anos não alfabetizadas supera a municipal, que é de 2,1%. No NRE do Bairro Novo, 3,4% dos 109 mil habitantes são analfabetos, mesma taxa do núcleo da Cidade Industrial. No NRE do Pinheirinho, os analfabetos representam 3,2% da população. Já no do Cajuru, 2,6% dos quase 170 mil moradores não sabem ler e escrever.

Os dados integram o mapeamento dos analfabetos residentes em Curitiba, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, com base no Censo de 2010. Além dos bairros e núcleos regionais, o mapa mostra os analfabetos nos 2.395 setores censitários do IBGE, o que permite um conhecimento mais detalhados de quem são e onde estão. "Fomos aproximando tanto que é quase possível chegar à casa das pessoas. Isso permite criar uma política educacional pensada para cada necessidade", explica a diretora do Departamento de Ensino Fundamental da secretaria, Waldirene Sawozuk Bellardo.

Entre os analfabetos de Curitiba, a maioria é de mulheres (65%) com mais de 59 anos (37%). Os motivos são os mais diversos. "Alguns foram privados do acesso à educação pela família, mercado ou pela falta de

condições financeiras. Há senhoras de mais de 50 anos que são proibidas pelo marido de sair à noite, por isso precisamos criar turmas de manhã", explica Waldirene.

O mapa também aponta três regiões próximas ao Centro com alta concentração de analfabetismo. Juntos, Vila Torres e Parolin abrigam aproximadamente 800 pessoas que não sabem ler e escrever. Já no Juvevê, um dos bairros de melhor poder aquisitivo da cidade, 99 mulheres sem escolaridade moradoras do Asilo São Vicente de Paula elevam o índice de analfabetismo do local.

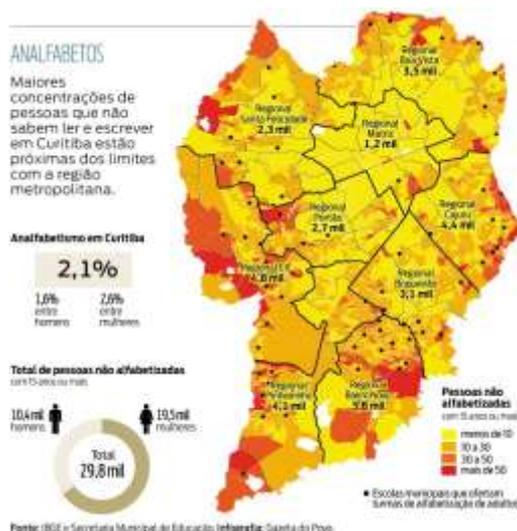
O professor Angelo Souza, do Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná, analisa que a concentração de analfabetos está ligada ao perfil socioeconômico dos bairros. "A baixa escolaridade dificulta o progresso econômico e, sem progresso econômico, essas pessoas não conseguem se desenvolver."

Projeto mira analfabetos com mais de 15 anos

O mapeamento do analfabetismo em Curitiba também mostra um bom número de escolas que não ofertam turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em áreas de alta concentração de analfabetos. Atualmente, 1.626 curitibanos – de 96 turmas, divididas em 69 escolas – frequentam aulas na modalidade. O número é 40% maior do que no ano passado e deve crescer com o Centro Regional de Educação de Jovens e Adultos (Cereja), que será lançado oficialmente na noite de hoje pela Secretaria Municipal de Educação.

Com a proposta de diminuir os índices de analfabetismo entre curitibanos com mais de 15 anos, o projeto não se limitará à criação de vagas, mas irá pensar na adequação do ensino a cada uma das realidades reveladas pelo mapeamento. De acordo com Waldirene Bellardo, com a pormenorização dos dados foi possível a identificação das pessoas pelos NRE. "Foi um trabalho minucioso em rede. Pedimos que os pais dos alunos respondessem um questionário. E as pessoas foram trazendo informações. Teve um vizinho, sem filho matriculado na escola, que ficou sabendo e veio dizer que tinha interesse." Atualmente, 1.710 pais ou responsáveis por alunos matriculados na rede municipal nunca estudaram.

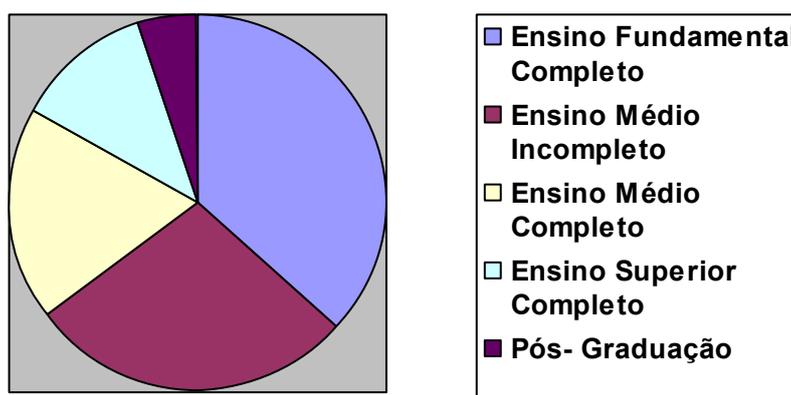
A ideia da Cereja é oferecer alfabetização de acordo com as necessidades de cada grupo: jovens, idosos, pessoas com filhos e até estrangeiros, como os haitianos, que estão tendo aulas de Língua Portuguesa. "Não é só a oferta de vagas. Temos salas de acolhimento, com profissionais que cuidam das crianças, para que as mães possam voltar à sala de aula", exemplifica Waldirene. A meta do município é chegar próximo aos 100% de alfabetização até o final de 2016.



Fonte: IBGE e Secretaria Municipal de Educação **Infografia:** Gazeta do Povo

Conforme dados coletados sobre o avanço no nível de escolaridade dos pais e/ou responsáveis grande parte dos pais concluíram o Ensino Fundamental e poucos ingressaram no Ensino Superior. Esses dados revelam que nossos alunos participam de uma comunidade cujo acesso à educação formal é satisfatória até o Ensino Médio e precisa ser motivada na continuidade dos estudos.

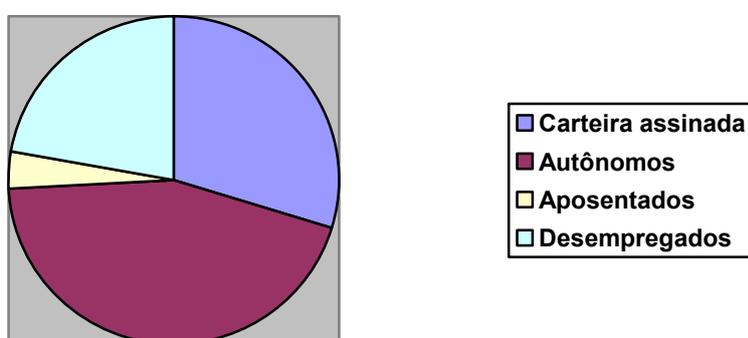
Gráfico 1 – Escolaridade dos pais e/ou responsáveis



Fonte: Questionário respondido pelos pais no primeiro semestre de 2015

Em sua maioria - como demonstra o gráfico 2 – a comunidade escolar é composta de trabalhadores que dependem de subempregos ou atividades de baixa remuneração, isto quando não passam por longos períodos desempregados. Boa parte dessas famílias são catadores de material reciclável e há uma grande parcela de desempregados.

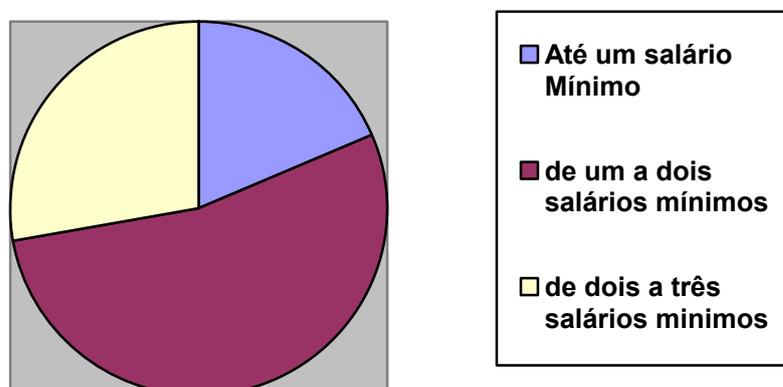
Gráfico 2 – Trabalhadores inseridos no mercado de trabalho



Fonte: Questionário respondido pelos pais no primeiro semestre de 2015

A maioria das famílias de nossa comunidade escolar vivem mensalmente com até 2 salários mínimos e que pequena parte encontram-se na faixa entre 3 e 5 salários mínimos.

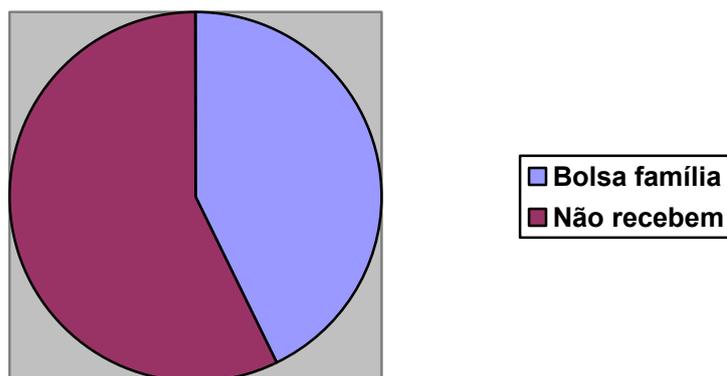
Gráfico 3 – Rendimento Mensal das famílias em 2015



Fonte: Questionário respondido pelos pais no primeiro semestre de 2015

No que se refere à renda mensal, também foi possível verificar que, nesta comunidade, muitas famílias recebem ajuda do governo como auxílio para compor a renda mensal ou mesmo como única fonte de renda.

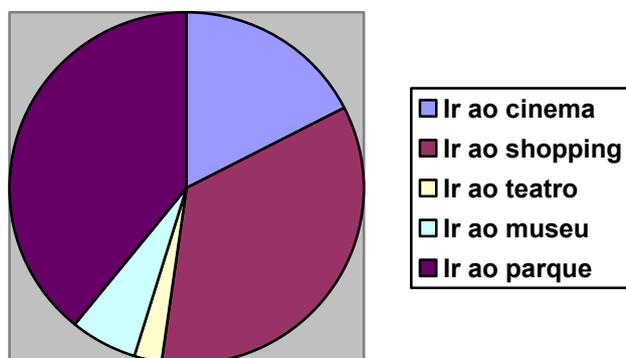
Gráfico 4 – Recebimento de Bolsa Auxílio



Fonte: Controle do Bolsa Família realizado pela escola

A comunidade escolar justifica que possuem um poder aquisitivo que lhe permitem um acesso limitado aos bens culturais, dentre eles a livros, cinemas, parques, etc.

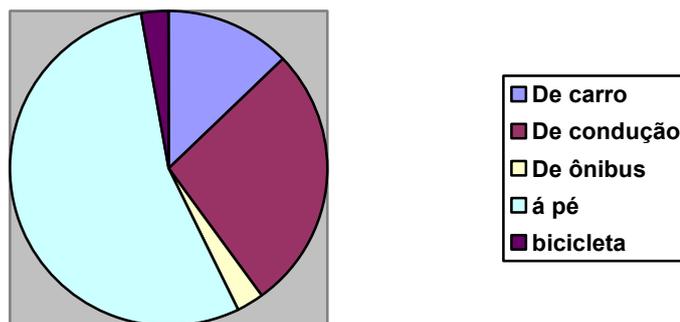
Gráfico 5 - Acesso ao lazer e a cultura



Fonte: Questionário respondido pelos pais no primeiro semestre de 2015.

No gráfico 6, observamos que uma quantidade significativa de estudantes utilizam transporte escolar e outros meios de transporte para chegar até a escola, pois moram em bairros vizinhos e necessitam frequentar a escola em tempo integral.

Gráfico 6 - Condução utilizada para deslocar-se até a escola.



Fonte: questionário respondido pelos pais no segundo semestre do ano letivo de 2015

Há rotatividade dos alunos devido ao grande número de locação e relocação de imóveis. As famílias se instalam provisoriamente não havendo adaptação da família no bairro ou mesmo na Cidade aumentando assim o número de transferências.

Os estudantes cujas famílias residem há mais tempo no entorno da escola permanecem matriculados durante os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental.

1.3 Organização do Espaço Físico

A Escola Municipal CEI David Carneiro possui uma área total do terreno de 6.313,85 m², área da escola de 1.827,71 m², área do CEI de 788,04 m², área livre de 4.486,14 m². A construção é toda em alvenaria, com os espaços distribuídos em dois prédios denominados como Complexo I e Complexo II.

Complexo I:

- 8 salas de aula com capacidades para 30 educandos com as carteiras disponibilizadas tradicionalmente em fileiras. Cada sala possui um 1 televisor e 2 ventiladores. A iluminação está precária por causa da elétrica antiga do prédio que causou a queima de muitos reatores.

- 1 Sala de Recursos adequada para o atendimento das diferentes especificidades dos alunos.

- 1 sala dividida para o Setor Pedagógico e espaço para os docentes (Sala dos Professores).

- 1 sala para Direção com espaço dividido com a Secretaria no intuito de facilitar o atendimento a Comunidade Escolar.

- 1 sala para Laboratório de Informática com 09 computadores e 2 armários de aço para carregar 80 netbooks.

- 1 almoxarifado para materiais pedagógicos de fácil acesso e com espaço também para o arquivo permanente escolar.

- 1 sala de aula onde está a Biblioteca, com pouco espaço onde reduz a qualidade no atendimento, não sendo possível desenvolver atividades com qualidade de leitura de forma coletiva, como contação de histórias e rodas de leitura neste ambiente com a turma toda.

- 1 sala de mecanografia destinada aos inspetores.

- 2 banheiros para os alunos divididos entre meninos e meninas.

- 2 banheiros para professores e funcionários separados para homens e mulheres.

- 1 cozinha utilizada por funcionárias da empresa terceirizada Risotolândia que organizam o lanche em bandejas que chegam pronto na unidade para serem servidos em sala de aula, 15 minutos que antecedem o horário do recreio.

- 1 refeitório onde os alunos começam a almoçar as 11h30 sob a responsabilidade dos professores que saem as 12h. As funcionárias da empresa terceirizada Risotolândia servem o alimento que vem em contêiner nos pratos. Neste espaço são servidos o lanche e o almoço para as turmas do período integral.

- Os alunos fazem a higienização das mãos com álcool gel.
- O Pátio Interno é bastante amplo, porém o piso é bastante escorregadio causando algumas vezes a queda tanto de funcionários quanto de alunos.

Complexo II é formado por três pisos:

- 1º piso contém:
 - Espaço amplo para Práticas do Movimento e Iniciação Esportiva;
 - 1 almoxarifado para materiais de Educação Física;
 - 2 banheiros de uso geral.
- 2º piso, dividido em 04 ambientes contém:
 - 1 sala de aula para a Prática de Ciência e tecnologias ;
 - 1 sala de aula para a Prática de Educação Ambiental ;
 - 1 sala de aula para as Práticas de Acompanhamento Pedagógico e Oficina Ler e Pensar ;
 - 1 sala de aula para a Prática Artística e Oficina de Teatro ;
 - 2 banheiros.
- 3º piso, dividido em 04 ambientes, contém:
 - 1 sala de aula para a Prática de Ciência e tecnologias ;
 - 1 sala de aula para a Prática de Educação Ambiental ;
 - 1 sala de aula para a Prática Artística: Arte Visual ;
 - 1 sala de aula para a Prática Artística: Música ;
 - 2 banheiros.

Em cada piso há um almoxarifado para organização de materiais pedagógicos.

A Escola Municipal CEI David Carneiro conta com um pátio externo bastante amplo, com pouca área verde, uma quadra coberta, uma quadra aberta em condições de uso precárias devido à erosão causada pelas ações do tempo e pela falta de manutenção. Há também construído um parquinho dentro dos padrões exigidos pela SME.

Como em nossa escola todos os alunos permanecem em tempo integral o almoço começa as 11h30 com os alunos do Complexo II que são atendidos até as 12h00 pelos professores que trabalham no período da manhã e após este horário ficam sob a responsabilidade da equipe diretiva. Às 12h00 os alunos do Complexo I começam a entrar no refeitório para almoçar. Os alunos conformem terminam de almoçar vão para o pátio externo da escola onde participam de atividades orientadas pelos inspetores como futebol na quadra coberta conforme escala determinada no início do ano, parquinho conforme escala determinada no início do ano, jogos diversos nas mesas dispostas pelo pátio e atividades livres. Nos dias de chuva são feitas atividades em sala de aula e no 1º Piso do Complexo II.

Os recreios são únicos, pois não conseguimos fazê-lo em dois momentos.

A Escola Municipal CEI David Carneiro por atender alunos em tempo integral garante o direito a educação qualificando os espaços e reorganizando conforme as perspectivas apresentadas pela comunidade escolar.

1.4 Acessibilidade

Na Escola Municipal CEI David Carneio – EIEF há dois prédios. No prédio aonde as crianças frequentam o contra turno tem escadas impedindo a acessibilidade, acesso e permanência dos estudantes com necessidades especiais. Mas não é por isso que esses estudantes ficarão impossibilitados de ter acesso e permanência à escola em tempo integral, pois a Equipe Administrativa Pedagógica irá remanejar a turma que o estudante estiver matriculado para frequentar o prédio do turno regular garantindo que tenham as práticas educativas sem prejuízos pedagógicos.

1.5.Caracterização dos Profissionais da Instituição

Na Escola Municipal CEI David Carneiro que atende todos os alunos em tempo integral a Equipe Diretiva, a Equipe Pedagógica Administrativa é composta por: Diretora, Vice-Diretora, Coordenadora Administrativa, 2 Pedagogas para o turno da manhã, 2 Pedagogas para o turno da tarde, Articuladora Pedagógica para Educação Integral e Articuladora Pedagógica para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Escola conta com serviços terceirizados nas áreas de alimentação, limpeza e segurança.

No que se refere ao quadro de profissionais da escola (docentes e equipe pedagógico-administrativa), a totalidade já concluiu pós-graduação/especialização.

A escola é composta por um grande grupo de profissionais. No período integral, consta em nosso fluxo 1 diretora, 1 vice diretora, 1 coordenadora administrativa, 1 secretaria escolar, 2 apoios administrativos e 6 apoios escolares (inspetores de alunos). No período da manhã há 26 profissionais do Magistério de Docência I com concurso padrão, 3 profissionais do Magistério de Docência II com concurso padrão, 1 profissional do Magistério Especializado em DM (Sala de Recursos) com concurso padrão e 2 pedagogas com concurso padrão. Em Regime Integral de Trabalho (RIT), 1 profissional do Magistério de Docência I atuando na Biblioteca e 3 profissionais do Magistério de Docência I ocupando vagas que não foram preenchidas no concurso de remanejamento. Para atender a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno 1 profissional do Magistério com concurso padrão que atua na função de Regente e 1 profissional com RIT (Regime Integral de Trabalho) que atua na função de Articuladora da EJA. No período da tarde há 27 profissionais do Magistério de Docência I com concurso padrão, 3 profissionais do Magistério de Docência II com concurso padrão, 1 profissional do Magistério Especializado em DM (Sala de Recursos) com concurso padrão e 2 pedagogas com concurso padrão. Em Regime Integral de Trabalho (RIT), 1 profissional do Magistério de Docência I atuando na Biblioteca e 2 profissionais do Magistério

de Docência I ocupando vagas que não foram preenchidas no concurso de remanejamento.

Contamos também com 7 funcionárias de serviços terceirizados de limpeza escolar e 5 funcionárias de atendimento privatizado de merenda escolar e almoço (Empresa Risotolândia).

A formação dos profissionais da Escola Municipal CEI David Carneiro está em consonância com o desempenho das funções atribuídas e todos os profissionais participam de cursos de formação continuada durante o ano letivo ofertado pela Secretaria Municipal de Curitiba.

1.5.1 Plano de Formação Continuada

O professor / mediador é visto como ser humano em desenvolvimento; "e as propostas de educação para a formação humana trazem incorporada uma concepção nova de formação continuada do educador, entendendo-o como sujeito da cultura, com a função específica de promover o desenvolvimento humano através da aprendizagem, bem como de participar do processo de constituição de identidade e do indivíduo como um ator social".

(Elvira Souza Lima, Ciclos de Formação, 26 de julho de 2012).

Nesse sentido, a SME já vem realizando formação continuada e com a autonomia e descentralização, a escola já se organiza para estudos, discussões e reflexões permanentes da seguinte forma:

- Semana Pedagógica na própria escola;
- Elaboração de Projetos;
- Palestras por profissionais na escola de acordo com o interesse do coletivo;
- Conselho de Classe Participativo com o envolvimento dos alunos;
- Troca de experiência, etc ...

Nossa Semana Pedagógica organizar-se-á da seguinte forma:

- Pesquisa de temas (necessidades do coletivo da escola) em ficha própria elaborada pela Equipe Pedagógica Administrativa;
- Levantamento dos temas mais sugeridos / Votação;

- Elaboração do projeto;
- Parcerias com outras escolas de acordo com os temas que são abordados.

Além disso, os professores são liberados para Seminários, Congressos e outros, desde que o quadro de pessoal esteja completo, aprovado pelo coletivo da escola e referendado pelo Conselho de Escola.

Toda liberdade conquistada implica em responsabilidade redobrada, e formar cidadãos para um mundo em mudanças não é tão simples quanto parece, por várias razões:

Os valores volatizam-se, isto é, não há mais hegemonia do conhecimento, o mestre não é mais aquele indivíduo que apenas despejava conteúdos. No mundo, onde as informações se processam velozmente, ele passa a ser companheiro que vai atrás do conhecimento junto com os seus alunos; que se espanta que desconfie de todas as verdades porque podem estar obsoletas, ultrapassadas. "Não é mais definitivo, exato, dogmático. É probabilístico, inquieto, transitório", comenta Miguel Arroyo (2015).

O professor não tem mais o monopólio das fontes do saber, e a escola perde energia e autoridade, deixa de ser instrumento de imposição político - ideológica.

Diante destas mudanças de paradigmas, advém a necessidade de aperfeiçoamento (estudos continuados) e a Escola Municipal Prof. João Macedo Filho está caminhando neste sentido, pois, ainda, temos muito que fazer no que tange à prática e postura de alguns profissionais, isto é, o diagnóstico das necessidades de nossa escola.

Acreditamos no sucesso da escola, dos nossos alunos e com muita leitura, análise, discussões, tomada de decisões coletivamente, é que chegaremos a patamares desejáveis.

A capacitação continuada para os profissionais é realizada durante o ano, onde são liberados para participarem dos cursos que lhes são ofertados nos dias de permanência conforme Plano de Formação Continuada.

Quando estes são ofertados em dias diferentes da permanência dos professores, a escola organiza-se para que estes profissionais se atualizem sem prejuízo do processo pedagógico.

Esta formação tem o objetivo de possibilitar ao docente a aquisição de conhecimentos específicos para que possam atender as constantes exigências do educando que estão se modificando constantemente.

A permanência é um espaço de formação usado com estudos para atualização e aprofundamento a respeito do ensino/aprendizagem, avaliação, dificuldades de aprendizagem, projetos, conteúdos, acertos e erros, práticas pedagógicas, relações interpessoais, repasse de capacitação, troca de experiência, novas metodologias, habilidades e competências, construção do conhecimento.

É importante ressaltar que cursos ofertados pela Secretaria Municipal de Educação consistem em envolver professores e gestores para que todos tenham oportunidade de aprimoramento no campo do trabalho para acompanhar os avanços e modificações durante o ano letivo.

2. Etapas e modalidades ofertadas

A Escola Municipal CEI David Carneiro passou a ofertar no ano de 2007 o Ensino Fundamental de 9 anos. Havia algumas turmas em período integral e algumas em período regular.

Atualmente a escola atende alunos integrais que permanecem na escola das 8h às 17h, não sendo permitida a permanência em tempo apenas regular.

É ofertada a comunidade a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA-Fase I) e disponibilizamos salas para o Estado atender alunos das APED's – Ações Pedagógicas Descentralizadas no período da noite das 18h às 22h horas.

A Escola Municipal CEI David Carneiro – EIEF atende a Educação Básica dos anos iniciais do Ensino Fundamental com as seguintes especificações:

- Ensino Fundamental com oferta de 5 anos iniciais organizados em dois Ciclos:

a) Ciclo I organizado em 3 anos – 1,º 2º e 3º ano - Ciclo I organizado em três anos – 1º, 2º e 3º ano.

A idade de ingresso no Ciclo I - Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos, atenderá ao disposto na legislação educacional vigente.

b) Ciclo II organizado em dois anos – 4º e 5º ano - destinado aos educandos que concluíram o Ciclo I ou classificados ou reclassificados para o mesmo.

Há também em nossa unidade a Sala de Recursos para atendimento a alunos com defasagens e dificuldades de aprendizagem, alunos estes avaliados pelos Centros Municipais de Atendimentos Especializados (CMAE).

3. Regimento Escolar

A Escola Municipal CEI David Carneiro oferece ensino de Educação Integral para 100% dos estudantes matriculados. O horário de atendimento aos alunos na escola é das 8h às 17h. O horário do lanche no período da manhã é às 9h e no período da tarde é às 15h respeitando o mínimo de 3h de intervalo entre as refeições. O horário do almoço é das 12h às 13h, sendo servido a partir das 11h30.

No turno regular são garantidas 4 horas para o trabalho com os componentes curriculares da Base Nacional Comum e 4 horas no contra turno para as Práticas Educativas propostas para Educação Integral nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba. Nas quartas-feiras e quintas-feiras das 17h15 às 18h15 alunos dos 4º e 5º anos participam das aulas do Projeto de Fanfarra ministradas pela maestrina contratada pela Secretaria Municipal da Educação/SME.

3.1 Dias letivos e carga horária anual

A Escola Municipal CEI David Carneiro cumpre a legislação vigente da Unidade de Educação integral com 200 dias letivos e 1800 h. A carga horária semanal é distribuída em no mínimo 800h para o desenvolvimento dos componentes curriculares da Base Nacional Comum no turno regular, 800h no contra turno entre as Práticas Educativas da Educação Integral de efetivo trabalho com os alunos, propostas nas Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba e 200 horas para o almoço. Destes dias cinco são destinados à Semana de Estudos Pedagógicos (onde dois dias são organizados pela Secretaria Municipal de Educação e os outros três são organizados pela escola) e ainda, seis dias são destinados para reuniões pedagógico-administrativas.

É ofertada a Educação de Jovens e Adultos, EJA Fase I – 1º e 2º períodos que equivalem aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) desde 1994, conforme normativa. As matrículas para EJA podem ser requeridas em qualquer época do ano. A carga horária total é de 1200 horas/ano, com aulas para os estudantes de segunda a quinta das 18h às 22h dividida em dois períodos:

- 1º período, correspondente ao Ciclo I (1º, 2º e 3º anos) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, totalizando 600 horas/ano.

- 2º período, correspondente ao Ciclo II (4º e 5º anos) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, totalizando 600 horas/ano.

3.2 Calendário Escolar

Para montagem do calendário escolar a escola segue as orientações emanadas às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação atendendo ao disposto na legislação vigente e embasado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional regulamentado conforme Instrução Normativa Anual do CTEFE. A escola recebe modelos de calendário previamente elaborados pela

Secretaria Municipal e a Equipe Pedagógico-Administrativa juntamente em reunião com o grupo de profissionais montam as sugestões de calendário.

Em reunião estas sugestões são discutidas, observando-se:

- Previsão de 210 dias de efetivo trabalho escolar/trabalho educacional para Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA-Fase I:

- 200 dias para os estudantes exigidos por lei;
- 6 dias serão realizados em sábados considerados letivos;
- 4 dias para Semana de Estudos Pedagógicos (SEP), mais 1 dia, na permanência, com atividades culturais;

- 6 dias para reuniões pedagógico-administrativas e/ou Conselho de Classe;

- 1 reunião para organização da escola no início de cada semestre;
- 4 a 6 reuniões de Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) integração dos profissionais do contra turno com os profissionais do turno regular.

Cabe aos docentes junto com a Equipe Pedagógico-Administrativa organizar e distribuir no Calendário Escolar os Conselhos de Classe ao final de cada trimestre, as Reuniões Administrativo-Pedagógicas no início de cada semestre, sábados letivos para integrar família/escola, Feira de Ciências, Mostra de Trabalhos sobre Educação em Direitos Humanos, Sábado Literário Cultural e a Avaliação Institucional/EIEF e Parâmetros Indicadores de Qualidade.

Após análise e alterações legais do Calendário Escolar são convocados os segmentos representativos para reunião do Conselho de Escola para ser aprovado e referendado. Para validação do Calendário Escolar deve ser encaminhado à Coordenadoria de Estrutura e Funcionamento de Ensino (CTEFE) e Superintendência de Gestão Educacional da Secretaria Municipal da Educação, que tomará as medidas legais cabíveis.

Nossa escola oferta para a comunidade os dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental com turmas totalmente integrais.

Caso haja necessidade de alterações no Calendário Escolar durante o ano letivo, deverão ser comunicadas em tempo hábil ao Núcleo Regional que

encaminhará a documentação legal à Coordenadoria de Estrutura e Funcionamento de Ensino (CTEFE) e Superintendência de Gestão Educacional da Secretaria Municipal da Educação, para as providências cabíveis e aprovação caso os motivos sejam relevantes.

3.3 Matriz Curricular

Esta unidade utiliza o Currículo e o Plano Curricular do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação editado em 2016.

A matriz Curricular para o ensino regular é organizada com os componentes curriculares da Base Nacional Comum (Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte e Ensino Religioso).

Na Educação Integral há Práticas de Acompanhamento Pedagógico, Práticas Artísticas, Práticas do Movimento e Iniciação Esportiva, Práticas de Educação Ambiental e Práticas de Ciência e Tecnologias.

A matriz curricular das escolas que ofertam a Educação de Jovens e Adultos é organizada da seguinte forma:

EJA - Fase I é composta pelos componentes curriculares obrigatórios que integram as áreas do conhecimento: Linguagens (Língua Portuguesa, Arte e Educação Física); Matemática (Matemática); Ciências da Natureza (Ciências) Ciências Humanas (História, Geografia e Ensino Religioso). Cabe ressaltar que na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é utilizado o mesmo currículo do Ensino Fundamental, de maneira interdisciplinar, articulando-os aos eixos: Ciência, Cultura, Trabalho e Tempo.

3.4 Turmas e horários

A Escola Municipal CEI David Carneiro oferta educação em tempo integral para 15 turmas no horário das 8h às 17h, divididas em Ciclo I – 1º, 2º e 3º anos e Ciclo II – 4º e 5º anos. No período noturno atende 1 turma

Multisseriada de Educação de Jovens e Adultos-EJA- Fase I dividida em 1º e 2º períodos ,onde o 1º período é correspondente ao Ciclo I (1º,2º e 3º ano) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com um total de 600horas/ano e o 2º período é correspondente ao Ciclo II (4º e 5º ano) dos anos iniciais do Ensino Fundamental, totalizando 600horas/ano e em parceria com o Estado oferta a Ação Pedagógica Descentralizada (APED) das 18h às 22h de segunda a quinta.

4. Filosofia e Princípios Didático-Pedagógicos da Instituição

4.1 Concepções

Ao escolhermos o caminho da educação temos em mãos desafios complexos, e nossa responsabilidade é muito grande para com os cidadãos que estão sob nossos cuidados, pois tudo que ensinarmos para nossos alunos será levado para a vida toda.

A escola para cumprir a contento sua função social e pedagógica deve garantir e oferecer aos estudantes um ensino democrático, para todos, garantido por lei e não excludente.

Através do exercício da cidadania, respeito às diferenças, processo a equidade, autonomia, democracia, respeito e valorização a inclusão conseguiremos garantir aos alunos o direito de uma boa escola que oferte um ensino de qualidade sem discriminação econômica, social, religiosa, étnica, racial ou de gênero.

Nessa perspectiva é preciso reeducar o olhar para entendermos a nova geração que está chegando às escolas.

“Não há uma forma única nem um modelo de educação; a escola não é o único lugar onde acontece e, talvez, nem seja o melhor” (Brandão (2006, p9).

A escola que queremos tem o intuito de analisar o currículo que queremos suas bases e significados e seu método, isto é, sua visão da forma como os alunos aprendem. Repensar a forma de organizar o tempo e o espaço de modo que venham a servir as necessidades de aprendizagem dos alunos. Realinhar os papéis da gestão, da relação professor/aluno, onde o aluno é o ator principal da sua própria aprendizagem e de sua educação e o professor aquele que o ajuda, orienta, incentiva, provoca. Transpor os muros da escola e rever as relações escola X comunidade como parceria nas tomadas de decisões para efetivação da gestão democrática.

Uma boa escola só é possível em um espaço em que potenciais se realizam, em um espaço em que o ser humano se desenvolve e em um espaço em que as pessoas se educam em diálogo.

4.1.1 Sociedade

As grandes transformações pelas quais a sociedade vem passando têm refletido de forma impactante e com intensidade a vida das pessoas. É na sociedade que o homem se faz homem, pois ele a produz e é por ela produzido. Sendo assim, cada sociedade possui características próprias, decorrentes do seu processo histórico, apresentando semelhanças e diferenças em relação às outras sociedades. No interior das sociedades estão presentes contradições que se manifestam sob a forma de conflitos e desigualdades.

As lutas por igualdade e liberdade ampliaram os direitos políticos (civis) e, a partir destes, criaram os direitos sociais – trabalho, moradia, saúde, transporte, educação, lazer, cultura, os direitos das chamadas minorias – e o direito à segurança planetária – as lutas ecológicas e contra as armas nucleares.

Neste contexto, a sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à ampliação de direitos existentes e a criação de novos direitos, com isso, dois traços distinguem a democracia de todas as outras formas sociais e políticas:

- A democracia é o único regime político que considera o conflito legítimo.
- A democracia é a sociedade verdadeiramente histórica, aberta ao tempo, as transformações e ao novo.

Na sociedade estão implícitas as relações econômicas, políticas, históricas e culturais. Neste contexto, a escola não pode ser totalmente negada em nossa sociedade, porque o estudante é um ser em constante transformação e formação e faz parte da herança cultural tendo seus direitos assistidos e garantidos pela família e pelo Estado. A igualdade de condições para o acesso e permanência na escola é um valor que se generalizou na sociedade capitalista moderna, tornando-se aceito mais ou menos intensamente em todas as camadas da população.

A sociedade atual pretende contribuir para a realização humana, compreendendo os aspectos físicos, econômicos, culturais e políticos dos indivíduos, levando em conta às instituições e classes sociais.

4.1.2 Ser Humano

É na sociedade que o homem se faz participe enquanto sujeito histórico, pois ele a modifica produz e é modificado e produzido por ela. Essa produção constitui-se num processo dinâmico, que contém avanços, recuos e rupturas. O homem encontra-se assim num constante fazer-se, num movimento de vir a ser, nunca estando pronto e acabado em total transformação.

Como um ser social, o homem é agente no processo de produção de conhecimento, cabendo à Escola, Instituição onde se vivencia a educação formal, a função de formar agentes atuantes e transformadores da realidade vinculando o conhecimento às experiências do indivíduo.

Os homens produzem a vida de maneiras diversas no tempo e espaço. Ao fazê-lo e ao relacionarem-se, estão fazendo história.

Para que possa agir no meio, o homem deve saber localizar-se, perceber-se, analisar e compreender a extensão dos fenômenos que o envolvem assim, criando e realizando constrói uma sociedade.

Quando o homem se constitui num ser integral, as situações diversificadas que vivencia favorecem seu aprendizado, levando-o a intervir na comunidade, respeitando e sendo respeitado. Sua situação psíquica é síntese da interação entre suas condições bi fisiológicas e o percurso sociocultural que vivencia.

Através das relações sociais que estabelece, produz a realidade, promovendo transformações significativas na sociedade, sendo crítico, reflexivo e autônomo.

4.1.3 Educação

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988) determina, no art. 205, que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Em 1990, o documento “Educação para Todos” (UNESCO, 1990) afirma que a educação é um direito humano fundamental e essencial para o exercício de todos os direitos, incluindo que jovens mulheres e homens adultos devem aprender e continuar aprendendo para dirigir suas vidas com dignidade, nesse contexto, surge a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que reafirma o direito à educação para todos, relembra as declarações de igualdade de oportunidades e reconhece a necessidade de garantir a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, nos sistemas de ensino,

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham;

crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (UNESCO, 1994, p. 17-18).

Contemporaneamente um dos fenômenos mais marcantes dos processos sociais é a ampliação do conceito de educação. Isto ocorreu, devida conscientização de que educação não ocorre apenas na instituição escolar. Segundo Luiz Carlos Libâneo: “Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola”. (Pedagogia e Pedagogos, para quê?, p.19) até pouco tempo atrás, os objetivos e metas da educação centravam-se, quase que exclusivamente, na memorização.

Historicamente o que se percebe é que diferem também os ideais educativos, pois não existe uma educação universal e única.

Uma boa escola era aquela cujo método conseguia formar cidadãos que decorassem fórmulas matemáticas, regras linguísticas, capitais e estados, os nomes dos continentes, mares, etc...

Hoje, formar o cidadão é, em primeira instância, entendê-lo como sujeito de suas ações; ímpar e único, que não pode ser moldado de acordo com determinadas ideologias, é respeitar suas capacidades individuais ofertando condições para que ele as desenvolva sem, no entanto, privá-lo de desenvolver outras que ainda não possui.

É importante perceber que a Educação não pode ser compreendida apenas pelo sistema educacional, mas deve ser pautada em primeiro lugar na família que dará o suporte necessário, será a base de valores e maneiras de se portar na vida em sociedade.

Uma educação de qualidade deve prover o aluno de instrumentos que lhe permitam promover mudanças de caráter significativo na sociedade.

O cidadão que a sociedade de hoje exige não é mais aquele que fica à espera de um caminho pronto; e sim sujeito capaz de ter uma visão globalizada, preocupando-se mais com a qualidade, sem diminuir a quantidade.

Para isso deve ter desenvolvido sua criatividade, raciocínio lógico e abstrato, o respeito ao pensamento coletivo, sabendo lidar com as mais diversas situações com equilíbrio e autoestima.

Deve ser capaz de articular seus conhecimentos como forma de crescimento tanto no individual quanto no coletivo, auto avaliando-se e buscando soluções para os diferentes problemas (entendendo-se como problemas desde as situações mais corriqueiras às mais raras).

Neste sentido, o domínio de determinados códigos, como a leitura, a escrita, a tecnologia, tornam-se imprescindíveis, uma vez que têm importância fundamental na formação do pensamento e da postura do cidadão.

Entretanto, para que se logre sucesso com a formação destes alunos é fundamental que o professor também se entenda como indivíduo em constante formação e que busque desenvolver estas capacidades, uma vez que sua própria formação tem tantas lacunas, afinal ninguém ensina o que não sabe.

Segundo Vygostky:

“O desenvolvimento intelectual resulta da relação com o mundo, que se compõe do processo de interações que fornecem as condições para a atividade do pensamento as quais possibilitam o processo de construção da aprendizagem. Dentre essas interações que ocorrem no espaço escolar, as mais favoráveis para as aprendizagens significativas são as interações no trabalho cooperativo e coletivo, pois é nele que as crianças podem confrontar o seu ponto de vista, a fim de tornar estes processos, possíveis de se efetivarem, o espaço escolar deve oferecer as oportunidades necessárias ao pleno desenvolvimento das crianças.” (1984. Cadernos pedagógicos-9- SME -Porto Alegre- abril/1999 – Ciclos de Formação – Proposta Político Pedagógica da Escola Cidadã, p. 14).

A educação objetiva aproximar a realidade existente à realidade desejada, ou preparar condições para que essa aproximação venha acontecer. Ela não deve ser usada como máquina ideológica, excluindo e subordinando indivíduos, separando cada vez mais as classes.

Um dos intuitos da educação deve ser o de minimizar as diferenças entre as classes, preparando os filhos dos trabalhadores para a realidade, com visão crítica dos fatos, portanto, o conhecimento deve ser parte integrante da formação humana, um momento de práxis social voltada a ser produtora de sentido, baseando-se no desenvolvimento da criatividade, raciocínio lógico e abstrato, o respeito ao pensamento coletivo, sabendo lidar com as diversas situações com equilíbrio e autoestima.

4.2 Princípios e fins

Desde 2013 os princípios e pressupostos foram fundamentados e assumidos pela Secretaria Municipal de Curitiba (SME) objetivando: Equidade, Democracia, Trabalho Coletivo, Autonomia, respeito pelo Espaço Público focado na construção de uma Boa Escola para todos que buscam a aprendizagem nas escolas municipais de Curitiba.

Com a transformação constante da sociedade e evolução do ser humano cabe à instituição educacional buscar e oferecer estratégias a fim de priorizar a aprendizagem, potencializando tempos e espaços disponíveis em prol da qualidade, sendo a escola um meio de formação ao estudante. Dentro dessa perspectiva e de acordo com a Deliberação CEE 14/99 art. 4º a qual diz que “A proposta pedagógica do estabelecimento de ensino equacionará tempo e espaço, visando à seleção dos conhecimentos científicos e procedimentos de avaliação, promovendo a aquisição de conhecimentos, competências, valores e atitudes previstas para a Educação Básica”.

Para promover uma ação pedagógica de qualidade, faz-se necessário que a equipe gestora desta instituição escolar e todos os envolvidos tenham claro as concepções que permeiam todo o processo pedagógico dentro e no entorno da escola, assegurando o acesso e permanência do estudante com a garantia de uma aprendizagem de qualidade e igualitária.

O Ensino Fundamental de 9 (nove) anos contempla a faixa etária dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade e se estende, também, a toda população que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo. A matrícula é obrigatória no Ensino Fundamental de crianças com 6 (seis) anos completos ou a completar até o último dia do ano em que ocorrer a matrícula, nos termos da Lei e das normas nacionais vigentes. A carga horária mínima anual do Ensino Fundamental regular é de 800 (oitocentas) horas relógio, distribuídas em, pelo menos, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar.

4.2.1 Da Instituição

A Escola Municipal CEI David Carneiro defini seus encaminhamentos pedagógicos e transforma a escola em um espaço de aprendizagem significativa, no sentido, de nortear uma prática que vise à cidadania, comprometida com uma vida melhor. Cabe a todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem identificar, de maneira criteriosa, o aluno que se coloca diante de si, valorizando sua bagagem de conhecimento e a partir daí oportunizando a construção de novos conceitos.

Na organização do trabalho pedagógico é importante ao professor conhecer a história de vida dos alunos, (sejam estes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos ou da Educação Especial), ter clareza de suas concepções, para que sua fala não seja diferente de sua prática. É preciso considerar que os estudantes em suas especificidades e potencialidades, desenvolvendo ações e espaços que os tenham como centro da organização do processo pedagógico, no qual suas vivências, experiências, saberes e valores sejam contemplados. Isso implica em reorganização da escola levando em conta os tempos da vida, das aprendizagens, dos fazeres e das construções dos estudantes.

A Equipe Gestora, Pedagógica e Docente, pensando e analisando a escola como espaço de “formação” de alunos, críticos e responsáveis, elabora o presente Projeto Pedagógico, como forma de construir e reconstruir uma história inovadora neste estabelecimento.

4.2.2 Da Gestão Escolar

A Escola, para cumprir a contento sua função, deve considerar a realidade do aluno, o contexto social do mesmo, contar com o compromisso do professor com uma escola pública de qualidade, visando uma gestão participativa com autonomia e representatividade. Para que tudo isso aconteça se faz necessário que a comunidade participe do dia-a-dia da escola, numa

integração, através da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), do Conselho de Escola, do Programa Comunidade Escola e outras parcerias.

A Gestão Participativa apoia-se em vários pressupostos e valores diferenciados que irão nortear todo o processo da gestão, tendo claro que "a realidade e o conhecimento são construídos socialmente", de que temos de cultivar o sentimento de justiça e imparcialidade, reconhecendo o valor e o potencial de cada ser humano dentro do contexto social.

Temos a consciência de que aos responsáveis pela gestão escolar compete, portanto, promover a criação e a sustentação de um ambiente propício a participação plena de profissionais, alunos e seus pais no processo social escolar, uma vez que é por essa participação que seus membros desenvolvem consciência social crítica e sentido de cidadania.

É preciso mudar a relação educativa da escola, mas isso não será alcançado se o Colegiado não procurar recuperar o sentido do estudo, elaborando e explicitando sua proposta educacional. O aluno, os educadores (que é todo o profissional que trabalha dentro de uma instituição de ensino), devem ser um sentido na escola.

Devemos empregar nossas energias em melhores formas de despertar no aluno projetos, um sentido para o que faz. Enfim, formas de participação ativa e consciente de seu próprio desenvolvimento. Para isso, é necessário que todos busquem alcançar os mesmos objetivos.

Gestão Pedagógica

Meta: A defesa da escola pública, gratuita e de qualidade para todos, onde os filhos da classe trabalhadora, jovens e adultos possam ter garantido o acesso e permanência, tornando-os cidadãos críticos e participativos na sociedade.

Ações:

- Promover estudos do projeto político pedagógico (principalmente da organização de ensino em ciclos de aprendizagem), buscando uma linha de ação única de acordo com as propostas do colegiado.
- Valorizar os profissionais envolvidos com a educação em busca do aperfeiçoamento profissional (graduação, especialização, extensão...).
- Viabilizar reuniões de integração e estudos entre todos os professores e funcionários.
- Apoiar os professores e funcionários no desenvolvimento das propostas pedagógicas.
- Promover atividades de integração entre os alunos: gincanas, jogos e apresentações, envolvendo todo o colegiado.
- Elaborar projetos coletivos nos quais professores, funcionários e pais se envolvam para o desenvolvimento de hábitos e atitudes em nossos alunos e também para diminuir a agressividade entre eles (disciplina).
- Incentivar os Jovens e Adultos da comunidade, que nunca tiveram oportunidade ou motivação para freqüentar a escola ou que tenham interrompido seus estudos, a que conclua seu aprendizado.
- Prazo: Durante o ano letivo.

Gestão Administrativa

Meta: Administrar a escola de acordo com o regimento interno, informando, vivenciando e refletindo a nossa prática educativa, promovendo a criação de um ambiente propício à participação de profissionais, alunos e seus pais no processo social escolar, uma vez que é por essa participação que seus membros desenvolvam uma consciência social, crítica e sentido de cidadania.

Ações:

- Respeitar o trabalho coletivo no qual o grupo tenha vez e voz nas decisões colegiadas.
- Reconhecer o valor e o potencial de cada ser humano.
- Repassar semanalmente as informações ao colegiado.

- Maior envolvimento da equipe administrativa nos trabalhos pedagógicos da escola.
- Promover maior integração entre professores e funcionários, visando um maior entrosamento e buscando um melhor desempenho do trabalho.
- Fazer cumprir as normas da escola para um bom andamento do trabalho.
- Dar abertura a todos os professores e funcionários da escola para que levantem problemas ou dificuldades no ambiente escolar no qual possamos, em conjunto, rever e modificar a nossa prática pedagógica e administrativa.
- Prazo: Durante o ano letivo.

Gestão Financeira

Meta: Organizar e aprovar junto ao conselho de escola e à APPF aplicação dos recursos financeiros repassados pela prefeitura: Descentralização; Plano de Obras e outros que possam vir, além das verbas vindas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE); em recursos próprios da APPF que visam à melhoria da qualidade de ensino.

Ações:

- Priorizar as verbas em materiais que auxiliem o aluno em seu desenvolvimento pedagógico e cultural.
- Viabilizar junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, reformas e benfeitorias para a escola.
- Fazer a prestação de contas ao Conselho de Escola, à APPF e também ao colegiado.
- Período: Em reuniões trimestrais ou quando se fizerem necessário.
- Prazo: Durante o ano letivo.

Gestão Social

Meta: Garantir a relação escola/comunidade, buscando um comprometimento dos professores, funcionários, pais, alunos e comunidade para a construção de um colegiado participativo e consciente.

Ações:

- Participação dos pais, professores, funcionários e alunos do Conselho da Escola e APPF.
- Promover festas, eventos, bingos e bazares.
- Apresentar e expor os trabalhos realizados pelos alunos.
- Promover reuniões com o Conselho de Escola, APPF, Associação de Moradores, Clube de Mães e comunidade com assuntos de interesse e reivindicações aos órgãos competentes de melhorias ao bairro.
- Promover reuniões formativas aos pais e alunos com assuntos de interesse dos mesmos por meio de parcerias com postos de saúde (médicos, terapeutas...); universidades (psicólogas, fonoaudiólogas, pedagogas...); empresas ...
- Ofertar cursos de educação permanente conforme o interesse da comunidade (dança, ginástica, computação ...)
- Incentivar o projeto amigos da escola, buscando parcerias com empresas, Universidades e comunidade.
- Viabilizar a utilização do espaço físico da escola (festas, eventos...) sempre que solicitadas com antecedência e aprovados em Conselho da Escola.
- Prazo: Durante o ano letivo.

4.2.2.1 Órgãos Colegiados

A Gestão Democrática se concretiza com a participação dos segmentos que constituem a comunidade escolar nas tomadas de decisões. Para que tudo isso aconteça se faz necessário que a comunidade participe do dia-a-dia da escola, numa integração, através da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), do Conselho de Escola e outras parcerias.

O Conselho de Escola é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora. Entre suas atribuições, articular os segmentos, deliberando sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas. A APPF é composta por pais, professores, e funcionários, sem caráter político partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos e é eleita para uma gestão de três anos para, juntamente com o Conselho de Escola e a direção, gerirem as verbas e programações.

4.2.2.2 Instituição Auxiliar APPF

A Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) é um órgão com gestão de três anos de representação de pais, professores e funcionários, da Unidade Escolar, não tendo caráter político partidário, religioso e nem fins econômicos, não sendo remunerados os seus dirigentes ou conselheiros. Atua como elo entre pais, professores e funcionários da escola, na busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar.

Cabe à Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) gerir e administrar os recursos financeiros próprios da associação e os que lhe forem repassados através de convênios, de acordo com as prioridades estabelecidas em reunião conjunta com a Diretoria, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Assessoria Técnica, esclarecendo aos membros a situação financeira da Unidade Escolar. É regida por estatuto próprio, de acordo com a legislação vigente e entre outras atribuições como movimentar recursos recebidos de diversas fontes como o PDDE-FNDE, Descentralização de Recursos da PMC,

recursos próprios originários de eventos e contribuições sociais voluntárias. Esse órgão tem como função prestar contas por meio de relatórios de aplicação de recursos e documentos fiscais, comprovando as despesas realizadas para conhecimento e aprovação dos membros dos segmentos que posteriormente serão referendadas pelo Conselho de Escola e fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

4.3 Objetivos de cada Etapa/Modalidade Ofertada e Forma de Organização

4.3.1 Educação Infantil

Conforme a Resolução nº05/2009 e o Parecer CNE/CEB nº20/2009 a organização do Ensino Fundamental com nove anos de duração supõe, por sua vez, a reorganização da Educação Infantil, particularmente da Pré-Escola, destinada, agora, a crianças de 4 e 5 anos de idade, devendo ter assegurada a sua própria identidade.

Essa etapa da Educação Básica é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (art.5º).

A proposta pedagógica da Educação Infantil no CEI David Carneiro está pautada na revisão das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil de 2013.

A definição dos objetivos em termos de capacidades visa ampliar a possibilidade de concretização das intenções educativas e ao professor amplia suas possibilidades de atendimento à diversidade apresentada pelas crianças, podendo considerar diferentes habilidades, interesses e maneiras de aprender no desenvolvimento de cada capacidade.

Para que isso ocorra, faz-se necessário uma atuação que propicie o desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias.

As capacidades de ordem física estão associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, ao autoconhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança.

As capacidades de ordem cognitiva estão associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar, o uso e apropriação de formas de representação e comunicação envolvendo resolução de problemas.

As capacidades de ordem afetiva estão associadas à construção da autoestima, às atitudes no convívio social, à compreensão de si mesmo e dos outros.

As capacidades de ordem estética estão associadas à possibilidade de produção artística e apreciação desta produção oriunda de diferentes culturas.

As capacidades de ordem ética estão associadas à possibilidade de construção de valores que norteiam a ação das crianças.

As capacidades de relação interpessoal estão associadas à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social. Isso implica aprender a conviver com as diferenças de temperamentos, de intenções, de hábitos e costumes, de cultura, etc...

As capacidades de inserção social estão associadas à possibilidade de cada criança perceber-se como membro participante de um grupo de uma comunidade e de uma sociedade. Para que se possam atingir os objetivos são necessários selecionar conteúdos que auxiliem o desenvolvimento destas capacidades.

Conforme as Diretrizes Curriculares para a Educação Municipal de Curitiba, as crianças aprendem nas relações educativas e pedagógicas que vivenciam, por isso é necessário refletir sobre a prática pedagógica, seus objetivos bem como a formação dos profissionais. Os objetivos devem

considerar o processo da formação humana, práticas pedagógicas diversas que contemplem o brincar, o imaginário, o lúdico, uma vez que estes são instrumentos principais para a aprendizagem nesta faixa etária das crianças.

Em relação às práticas pedagógicas estas devem estar fundamentadas e claras que cada criança é única e seu desenvolvimento depende das condições socioeconômicas e culturais, bem como seu contexto familiar com isto; não se podem estabelecer pontos de chegadas iguais para todas as crianças, já que se entende que o processo de formação humana é contínuo, e cada criança é um ser único, devendo ser respeitada em suas diferenças, limitações e superações.

De acordo com o Parecer nº20/2009 as práticas que estruturam o cotidiano da Educação Infantil devem considerar a integralidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística ética, estética e sociocultural das crianças organizando as aprendizagens em eixos, centros ou campos de experiências não mais em áreas de formação.

4.3.1.1 Eixos norteadores da educação infantil: interações e brincadeiras

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010 aponta princípios, fundamentos e procedimentos que orientam as Instituições de Educação Infantil vinculadas aos Sistemas Brasileiros de Ensino com relação à organização, à articulação, ao desenvolvimento e à avaliação de suas propostas pedagógicas.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, documento normativo do Conselho Nacional de Educação, estão pautados como fundamentos norteadores:

- Os princípios éticos, políticos e estéticos.
- A importância de reconhecer a identidade das crianças, das famílias, dos profissionais que atuam na Educação Infantil e da unidade educacional, diante dos vários contextos em que esses se situam.

- A necessidade da promoção de práticas de educação e de cuidados que possibilitem a integração dos aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, linguísticos e sociais da criança.
- A visão de crianças como um ser completo, total e íntegro, em posição de aprender a ser de conviver consigo própria e com os demais e no próprio ambiente, de maneira articulada e gradual.
- A construção das propostas pedagógicas em integração com famílias e profissionais.
- As estratégias para buscar o provimento de conteúdos básicos, a constituição de conhecimentos e valores, a interação entre diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã.
- O processo de avaliação baseado no acompanhamento e registros dos avanços do desenvolvimento da criança, sem caráter de promoção ou de retenção, em um ambiente de gestão democrática, com vistas a garantir os direitos básicos da criança e sua família à educação e a cuidados.

Os eixos para a Educação Infantil na Rede Municipal de Curitiba, que representam o pensamento dos profissionais que atuam com a criança de zero a seis anos, reafirmam o que está disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e enfatizam:

- A visão de criança completa, indicando um processo educativo que a considere como foco principal, sendo respeitada em suas diferentes linguagens, expressões e capacidade de criação.
- O entendimento de que cuidar são ações indissociáveis e base de sustentação do processo educacional da criança nesta primeira fase de vida, com peso e importância vitais para a formação humana, especialmente quando realizadas com qualidade relacional.
- A concepção de que os elementos da Educação Infantil estão voltados ao desenvolvimento, à construção da autonomia, às primeiras vivências que impulsionam em direção ao conhecimento. Esse é o prisma pelo qual a ação educativa será pensada e articulada.
- A necessidade de superação de práticas tradicionais que valorizam, ainda hoje, uma concepção compensatória, preparatória ou antecipatória da educação.

- A ideia de que a aprendizagem e o conhecimento estão presentes no âmbito da Educação Infantil e demandam sentido de intencionalidade, planejamento e acompanhamento, configurando posição indissociável das dimensões da constituição e do desenvolvimento infantil e suas relações com o meio natural e social.
- A linguagem, a socialização, o brincar e a interação como articuladores do desenvolvimento e, portanto, do conhecimento, estando em direta relação com o meio social.
- A compreensão da função social da Instituição de Educação Infantil diante da necessidade das famílias de compartilhar a educação e o cuidado de seus filhos, estabelecendo corresponsabilidade entre essas duas instâncias pela Educação Infantil.

4.3.1.2 Ação Compartilhada – Família

A família deve participar de toda trajetória da vida escolar da criança, desde encaminhamentos, processos avaliativos, desenvolvimento acadêmico, para ter autonomia de intervir de forma coesa e ativa nas diferentes situações que se apresentarão no percurso da criança dentro da escola.

“A perspectiva do atendimento aos direitos da criança na sua integralidade requer que as instituições de Educação Infantil, na organização de sua proposta pedagógica e curricular, assegurem espaços e tempos para participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização das diferentes formas em que elas se organizam.” (BRASIL, 2010).

A família necessita assumir seu papel educativo para possibilitar um direcionamento efetivo na vida de seus filhos, mobilizando ações e gerenciando fatores que venham a contribuir no desenvolvimento da criança.

“A participação dos pais junto com os professores e demais profissionais da educação nos conselhos escolares, no acompanhamento de projetos didáticos e nas atividades promovidas

pela instituição possibilita agregar experiências e saberes e articular os dois contextos de desenvolvimento da criança.”(BRASIL, 2010)

Ao ter autonomia na escolha da escola que seu filho vai frequentar a família percebe uma ação adequada no desenvolvimento da qualificação da vida escolar de seus filhos, pois a escolha pela escola “ideal” contribuirá na formação acadêmica e social da criança.

É de grande importância que a escola não se feche em seus muros, deixando de considerar toda realidade que norteia e que exerce influência no processo de ensino aprendizagem.

Devido à vulnerabilidade apresentada pelas famílias dos estudantes, nosso maior desafio é trabalhar em conjunto, investindo na participação das famílias em todo processo de ensino aprendizagem. Estamos tentando estabelecer uma relação de parceria e cumplicidade junto às famílias da nossa comunidade, mas ainda não temos conseguido sensibilizar e aproximar suficientemente às famílias. Procuramos, desde o início da adaptação das crianças ter momentos de acolhida para que as famílias sintam-se motivadas e seguras para participar mais do dia-a-dia de seus filhos. As ações desenvolvidas para essa relação escola – família acontece através de reuniões de Conselho de Escola e APPF para tomada de decisões, mostras e exposições de trabalhos dos estudantes, conversas individuais e em grupos, reuniões para entrega de pareceres e outros eventos permitidos durante o ano letivo. Entendemos que com essas ações ofertaremos aos alunos uma maior qualidade no processo de ensino aprendizagem.

4.3.1.3 Transição

De acordo com a Resolução nº05/2009, art. 11 “Na transição para o Ensino Fundamental a proposta pedagógica deve prever formas para garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, respeitando as especificidades etárias, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental”, ou seja, é necessário considerar a

criança em todos os seus aspectos, não preparando a criança para, mas possibilitando a descoberta para o desenvolvimento de novas habilidades e aquisição de conhecimentos propícios a esta modalidade.

4.3.1.4 Avaliação

A avaliação deve ser entendida como um conjunto de ações que auxilia o educador a refletir sobre as condições de aprendizagens ofertadas e para ajustar sua prática às necessidades apresentadas pelos educandos.

É um elemento indissociável do processo educativo, que possibilita ao educador definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem no desenvolvimento dos educandos.

Para que a avaliação possa se construir em um instrumento voltado a orientar a prática educativa, ela deve se dar de forma sistemática e contínua, tendo como principal objetivo a melhoria da ação pedagógica.

Poderão ser utilizados como instrumentos de avaliação a observação e os registros sistemáticos do desempenho dos educandos e das interações educacionais da prática pedagógica.

O educador poderá fazer dois tipos de observação:

a) transversal – que se dá em analisar como cada aluno se relaciona com um determinado objeto de conhecimento;

b) longitudinal – acompanhando a evolução de cada indivíduo. Por exemplo, observa-se como aconteceram as relações de socialização de um determinado educando no início do ano e compara-se essa observação com as realizadas no final de cada bimestre ao longo do ano.

Os registros das observações poderão ser feitos em forma de relatórios em ficha de avaliação previamente elaboradas. É importante que o educador realize o registro de algumas situações enquanto elas acontecem, para evitar o esquecimento das mesmas. Se possível realizar diariamente os registros sobre a atuação do educando, bem como coletar alguns trabalhos demonstrativos dos avanços do mesmo.

Ao levantarmos o que o aluno já assimilou e o que ele ainda necessita, a avaliação assume uma nova função, ou seja, detectar as dificuldades da prática pedagógica.

Isso significa compreender a relação entre ensino e aprendizagem, isto é, que o conhecimento já adquirido pelo aluno seja sempre base referencial para a aquisição de novos conhecimentos. Nesse sentido, o procedimento do professor deverá ser redirecionado em função dos conhecimentos já apropriados e dos que o aluno ainda necessita para avançar.

Tal entendimento pressupõe uma avaliação diagnóstica, portanto, contínua, permanente e cumulativa, quando se avalia o processo de apropriação e não, apenas, um suposto produto final.

Como a avaliação é relativa ao desenvolvimento de um planejamento, os professores trabalham com critérios referentes aos objetivos elencados no documento “Diretrizes Curriculares”.

Segundo Nilson José Machado “a avaliação sempre deveria estar referida aos objetivos previamente fixados pelo professor, tendo em vista suas circunstâncias, bem como os caminhos que vislumbrou para procurar atingi-los, o resultado de um processo não é apenas do aluno, mas também, e às vezes principalmente, o sucesso ou o fracasso do professor, ou mais especificamente, de seu planejamento, da exequibilidade de suas metas.” (1999, pg. 275).

Na escola organizada em ciclos de aprendizagem não cabe avaliar para classificar, excluir ou sentenciar, aprovar ou reprovar. É fundamental que a avaliação seja orientada pela lógica da continuidade dos processos de formação. A avaliação deve ser concebida como um processo contínuo, sistemático, participativo, com função diagnóstica, prognóstica e investigativa, cujas informações, ali expressas, propiciem o redimensionamento da ação pedagógica e educativa, reorganizando as ações de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

4.3.2 Educação Especial/Inclusão

As escolas municipais que necessitam de atendimento educacional especial aos estudantes da Educação Especial contam com a Coordenadoria de Atendimentos às Necessidades Especiais (CANE) que ofertam Programas de Escolarização Hospitalar e Atendimentos Domiciliar com o objetivo de oportunizar a continuidade e/ou a inserção dos estudantes hospitalizados e/ou em tratamento de saúde que causam o impedimento temporário de frequentar a escola.

A Educação Especial trata-se de uma modalidade de educação escolar, voltada para a formação do indivíduo, com vistas ao exercício da cidadania (LDB).

“O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social” PCNS.

A Educação Especial é um segmento ou parte integrante da Educação Geral, que se destina à igualdade de oportunidades aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Objetiva através da diversificação de métodos técnicos e procedimentos, serviços e recursos, atender as diferenças individuais dos educandos, de forma assegurar o desenvolvimento máximo de suas reais condições e de suas potencialidades.

Tem por finalidade básica aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, condições que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à auto realização, aprendizagem, interação social e independência (Deliberação 020/86).

Por meio de vários movimentos a favor da inclusão declarada na Declaração Salamanca em junho de 1994 e da Política Nacional de Educação Especial, Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, Decreto 3298, percebe-se a necessidade de um novo modo de interação destes aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, onde haja a interação com uma estrutura educacional eficiente, que o aluno seja da escola e de todos que nela estão e uma escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita o fazer

pedagógico às necessidades dos alunos. “Ver as necessidades especiais dos alunos atendidos no âmbito da escola regular requer que os sistemas educacionais modifiquem, não apenas suas atitudes e expectativas em relação a esse aluno, mas, também, que se organizem para construir uma real escola para todos, e que de conta dessas especificidades”.

Para isto, necessitamos que exista uma mudança na formação do professor/educador, e atualização dos recursos humanos. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente.

As escolas deverão adequar-se a todos os alunos, qual seja a sua condição física, social, emocional, linguística ou de qualquer ordem.

Para que isto ocorra, necessita-se de mudanças, ainda mais quando implicam novos desafios e inquestionáveis demandas socioculturais. O que se pretende numa fase de transição, onde os avanços são inquestionáveis e almejados, para algumas crianças, ou no momento, são as melhores opções.

Mais há uma diferença importante entre deficiência e impedimento, ou seja, aquilo que um indivíduo só não faz, porque encontra obstáculos onde quer que vá. Assim, se muitos alunos não estão matriculados em escolas comuns, não é porque eles devem se adaptar, mas sim, as escolas têm de estar adaptadas para recebê-las; por exemplo: rampas para as cadeiras de roda, sanitários adequados, etc.

Escola Inclusiva, portanto não é a comum, que aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e que sem atenderem suas necessidades específicas, criam para eles empecilhos, gerando sofrimento e sentimento de inadequação.

A Inclusiva é a que derruba impedimentos; as instalações; levam em conta as dificuldades de locomoção; o material pedagógico é adequado aos deficientes visuais e auditivos; professores usam tanto a linguagem de sinais e o método baile, quanto à língua portuguesa, as atividades são planejadas de forma a integrar qualquer aluno, e todos são ensinados a lidar naturalmente com diferenças, porque deles é feito o mundo real.

É sabido que as experiências inclusivas no Brasil ainda são poucas, mas este é o momento de investimentos concretos, pois o número de aos

estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tendem a crescer em nossas escolas, e para atendê-los com dignidade é imprescindível um corpo de professores e funcionários instruídos para a convivência com esses alunos.

A educação se destaca como meio privilegiado de favorecer o processo de inclusão social dos cidadãos, tendo como mediadora uma escola realmente para todos, com instância sociocultural.

“A análise de diversas pesquisas brasileiras identifica tendências que evitam considerar a educação especial como um subsistema à parte e reforçam o seu caráter interativo na educação geral. Sua ação transversal permeia todos os níveis - educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, bem como as demais modalidades - educação de jovens e adultos e educação profissional”. PCN’s

São objetivos da Educação Especial:

- Possibilitar o acesso e a permanência na escola aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo à mesma apropriação ativa e crítica do conhecimento científico;

- Possibilitar o desenvolvimento global das potencialidades do aluno, atendendo aos princípios gerais na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em consonância com as Diretrizes Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação (SME).

O estudante que apresenta dificuldades acentuadas durante o processo de aprendizagem cabe a escola elaborar e aplicar um Plano de Apoio Pedagógico Individual (PAPI), proporcionando estratégias pedagógicas diferenciadas de acordo com as necessidades apresentadas. Após o acompanhamento e efetivação das orientações observa-se a necessidade de um serviço especializado que atenda às necessidades deste estudante, encaminhando-o ao procedimento da Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional (ADP), ofertada pelo Centro Municipal de Atendimento Especializado (CMAE).. A Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional (ADP), do estudante é avaliado por uma dupla avaliadora de profissionais especializadas, sendo uma pedagoga e uma psicóloga por meio de aplicação de instrumentos de avaliação formais e informais, constituídos por testes intelectivos, cognitivos, de observação

pedagógica, clínica e entrevista familiar. Após a avaliação e caso seja verificado a necessidade de atendimentos específicos como Fonoaudiologia, Reeducação Visual, Reeducação Auditiva, Psiquiatria e Neurologia estes encaminhamentos serão sugeridos na ADP. A partir desta devolutiva a escola estará encaminhando o estudante para os atendimentos necessários.

Para estes procedimentos o estudante é encaminhado para os atendimentos mais adequados conforme a necessidade apresentada em relação à aprendizagem e compreendido pelos profissionais que o avaliaram, podendo ser desde o atendimento médico enquanto necessidades físicas, emocionais, psicológicas como também para atendimentos pedagógicos que darão o auxílio necessário para o progresso educacional, dentre eles Pedagogia Especializada ou Classe Especial de acordo com a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008. Os estudantes público alvo da Educação Especial deverão frequentar no contra turno escolar o Atendimento Educacional Especializado Incluído nos atendimentos da Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional (ADP).

4.3.2.1 Sala de Recursos

Na Sala de Recursos o professor especializado tem como objetivo atender estudantes com dificuldades de aprendizagem e que apresentam atraso específico das funções cognitivas, oportunizando o acesso à aprendizagem, mediante atendimento diferenciado, visando o desenvolvimento das habilidades e potencialidades.

O atendimento é individual ou em grupos, de acordo com as suas necessidades educacionais especiais, a faixa etária, o programa a ser desenvolvido e nível de escolaridade.

O ingresso do estudante à Sala de Recursos acontece após a realização de uma Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional com

encaminhamento para este serviço realizado nos Centros Municipais de atendimentos Especializados (CMAE).

4.3.2.2 Retorno ao Ensino Comum

De acordo com a deliberação nº09/2001 do CEE/PR, Art.21 “Classificação é o procedimento que o estabelecimento adota, segundo critérios próprios, para posicionar o aluno na etapa de estudos compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais ou informais.” Esse procedimento é também para estudantes transferidos de escolas de outro município/estado sem documentação legal comprobatória.

O estudante passará por um período de adaptação de três meses no ano e ciclo sendo avaliado seu conhecimento acadêmico em todos os componentes curriculares da Base Nacional Comum (Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Educação Física, Arte e Ensino Religioso).

4.3.2.3 Decisões e Procedimentos Gerais

Conforme consta nas Diretrizes Curriculares Educação Integral, Educação Especial e EJA -2006 as adaptações curriculares de grande porte são aquelas cuja implantação depende de decisões e ações técnico-político-administrativas, que extrapolam a área específica do professor/educador e que são da competência formal de órgãos superiores da Administração Educacional Pública.

A redução de vagas em classes regulares nas escolas que têm estudantes em processo de inclusão se dará mediante documentação que comprove as informações sobre o estudante, a qual será analisada por uma comissão formada pelos seguintes profissionais:

- 01 representante da SME;
- 01 representante da gerência de apoio à Inclusão do Núcleo Regional ao qual pertence à escola;
- 01 representante da Equipe Pedagógica do Núcleo Regional ao qual pertence à escola;
- 01 representante do CMAE, quando o estudante for avaliado ou atendido no equipamento;
- O diretor da escola;
- O pedagogo do turno em que o estudante está matriculado na escola;
- O professor regente de turma para os casos de estudante dos Ciclos I e II;
- 01 representante da instituição especializada que atende o estudante se for o caso.

A redução de vagas será efetivada após análise da comissão que tem a prerrogativa de indicar o número de estudantes reduzidos por turma, de acordo com a necessidade – de um a cinco por turma-, independentemente do número de estudantes com necessidades educacionais especiais. A decisão será referendada e lavrada em ata, a qual fará parte da documentação do estudante. A ata de redução deverá ser revista pela comissão a qualquer tempo, de acordo com a necessidade evidenciada. É preciso observar que estudantes com necessidades educacionais especiais diferentes devem ser matriculados preferencialmente em diferentes turmas.

4.3.3 Ensino Fundamental

Nessa modalidade de ensino o aluno deve, no processo, construir o domínio progressivo da leitura, da escrita e do cálculo como instrumentos que lhe possibilitem a compreensão e a solução de problemas apresentados na sociedade. Construir seus conhecimentos da realidade no presente, com vista no passado e futuro, compreendendo as relações sociais no mundo

contemporâneo. Desenvolvendo assim, a capacidade de reflexão e de criação na participação consciente para realização de ações que venham a contribuir com as mudanças na sociedade.

A Escola Municipal CEI David Carneiro, a partir do ano de dois mil e sete (2007), implantará o Ensino Fundamental de nove anos.

Analisando o Ensino Fundamental, dos anos oitenta para cá, a democratização do ensino no Brasil oportunizou o acesso escolar à grande parcela da população antes excluídas da educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, em seu artigo 34, sugere a ampliação gradativa do período de permanência do aluno na escola.

A Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, do Plano Nacional da Educação, propõe o Ensino Fundamental com 09 (nove) anos de duração e o ingresso obrigatório aos 06 (seis) anos de idade, na medida em que for sendo universalizado o acesso ao Ensino Fundamental à faixa etária de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos.

A Escola é considerada um espaço privilegiado de sociabilização do conhecimento historicamente produzido, pois, visa possibilitar uma visão crítica da realidade, já que contribui para o exercício consciente da cidadania. Desta forma, colaborar para a melhoria na qualidade da formação do cidadão, para que este possa intervir em sua comunidade de maneira ética, solidária, responsável e digna.

Com relação à busca da equidade social, a meta é garantir o acesso e a permanência do educando na Escola.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica os objetivos gerais do Ensino Fundamental que os alunos devem adquirir ao final da escolaridade obrigatória. São eles:

Art. 7º São objetivos da educação básica nas etapas do ensino fundamental:

a) O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

b) A compreensão do ambiente natural e do social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

c) O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

d) O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

e) Conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde coletiva;

f) Utilizar as diferentes linguagens – verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

g) Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

h) Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação;

i) Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres no dia-a-dia;

j) Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais;

l) Conhecer e valorizar a pluralidade sociocultural brasileiro.

4.3.4 Educação de Jovens e Adultos - EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Fase I- foi implantada numa tentativa de dar conta da escolarização do aluno trabalhador ante as necessidades e contradições instauradas na sociedade brasileira

Muitos alunos que procuram a Educação de Jovens e Adultos (EJA), não tiveram acesso e permanência na escola devido à falta delas e/ou de ofertas de vagas e de professores, dificuldades que ainda persistem no ensino

regular e outros sofreram várias reprovações, se evadiram por necessidade de entrar para o mercado de trabalho e/ou por desencanto.

Ao se ofertar uma educação para os Jovens e Adultos que demandam esta escolarização, faz-se necessário entender que estes alunos são indivíduos historicamente situados, pertencentes a um segmento determinado da sociedade, que é a classe trabalhadora.

Para os alunos da EJA o trabalho constituísse na atividade principal de suas vidas e faz parte da sua realidade imediata.

Compete ao professor articular, organicamente, o saber trazido pelo aluno com o saber sistematizado, vinculado, desta forma, prática e teoria.

Na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) o conteúdo é de maneira interdisciplinar aos eixos articuladores: Ciência, Cultura, Trabalho e Tempo.

A reorganização pedagógica da EJA, objetiva desenvolver processos de formação humana, articulados aos contextos sócio históricos, que minimizem a exclusão e garantam aos estudantes jovens e adultos o acesso, permanência e sucesso para que percebam a escolarização como direito fundamental para o exercício pleno da cidadania e do autoconhecimento, buscando a convivência em uma sociedade mais justa e igualitária (DIRETRIZES CURRICULARES PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, 2012, p.11).

A EJA oportuniza aos jovens e adultos que não tiveram escolarização na idade apropriada acesso ao conhecimento para melhor atuação no mundo em que vivem, garante Ensino Fundamental que possibilite ao estudante trabalhador ampliar suas condições de empregabilidade, dá condições para que deem continuidade à escolarização, desenvolvendo-se social e culturalmente e melhora a autoestima do estudante, fortalecendo a confiança na sua capacidade de aprendizagem;

5. Bases Norteadoras para a Organização e Desenvolvimento do Trabalho Educativo

5.1 Currículo do Ensino Fundamental

Um dos maiores desafios da Escola é proporcionar aos educandos uma aprendizagem que venha de encontro com as necessidades da realidade que os cerca, ou seja, que este aluno tenha capacidade de ler, interpretar e interferir positivamente na sociedade que está inserido.

Na Escola Municipal CEI David Carneiro, a partir do ano de dois mil e sete (2007), foi implantado o Ensino Fundamental de nove anos. Analisando o Ensino Fundamental, dos anos oitenta para cá, a democratização do ensino no Brasil oportunizou o acesso escolar à grande parcela da população antes excluídas da educação básica.

Cabe ressaltar que na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) é utilizado o mesmo currículo do Ensino Fundamental, de maneira interdisciplinar, articulando-os aos eixos: Ciência, Cultura, Trabalho e Tempo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, em seu artigo 34, sugere a ampliação gradativa do período de permanência do aluno na escola.

A Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, do Plano Nacional da Educação, propõe o Ensino Fundamental com 09 (nove) anos de duração e o ingresso obrigatório aos 06 (seis) anos de idade, na medida em que for sendo universalizado o acesso ao Ensino Fundamental à faixa etária de 07 (sete) a 14 (quatorze) anos.

Esta unidade utiliza o Currículo e o Plano Curricular do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação editado em 2016.

5.2 Currículo da Educação Infantil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 explicita que a Educação Infantil ofertada em creches e pré-escolas, sendo a primeira etapa da Educação Básica tem por finalidade o desenvolvimento integral da

criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família.

Pautados no Parecer do Conselho Nacional de Educação 20/2009 entende-se que o currículo da Educação Infantil é o conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com o conhecimento que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico e, portanto, segue as Diretrizes Curriculares Nacionais e as orientações curriculares para a Educação Infantil do Município.

Após estudar e analisar alguns tópicos da Educação Infantil de acordo com o Parecer 20/2009 as práticas que estruturam o cotidiano da Educação Infantil considera-se a integridade das crianças, organizando as aprendizagens em eixos, centros ou campos de experiências percebendo que esta fase é importante e muito significativa para as crianças. Ela se desenvolve, aprende e tudo o que vivenciou, aprendeu, internalizou em suas relações com as pessoas e com o ambiente que a cerca, servirá de subsídios para a outra fase que a criança passará: o Ensino Fundamental. Por isso, essa mudança da Educação Infantil para o ensino fundamental é bastante significativa para as crianças, o educador deve trabalhar com esta situação desde o início do ano, observando as reações e curiosidades que elas podem apresentar.

Vivenciar essa mudança desenvolve uma atitude positiva em face da nova realidade a ser enfrentada. Nesse sentido, a realização de algo que signifique a mudança das crianças para outro nível educacional deve ser pensada a partir delas e do que significa esse momento em sua vida, e tanto crianças como familiares podem participar dessa organização, tornando essa oportunidade singular.

5.3 Educação das Relações Ético-Raciais e Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Indígena

Com base na implementação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 e no novo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2008) o currículo escolar deve incluir as temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça

e etnia, religião e orientação sexual, pessoas com necessidades especiais entre outras, e todas as formas de discriminação e violação aos direitos humanos. A Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais estão voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

De acordo com as Diretrizes

“Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, historicamente, enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.” (Diretrizes Nacionais pag. 07,2004).

É de suma importância promover nas unidades escolares um trabalho efetivo, sobre o processo de construção da concepção de uma cidadania, pois requer necessariamente a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres reconhecendo o princípio normativo da dignidade humana, englobando a solidariedade e o compromisso com outros povos e nações. “A escola deve possibilitar à comunidade escolar vivências capazes de despertar o respeito pelos diferentes grupos e suas culturas, reconhecendo a diversidade existente na sociedade.” (Diretrizes Municipais pag. 52, 2006). Nesse sentido os temas e as atividades devem propiciar um diálogo para desenvolver na criança e no adolescente um olhar que o leve a perceber como sujeito os direitos, e isto se dará por meio das manifestações artísticas como música, literatura, danças e artes visuais. O ensino de História deve oportunizar ao aluno a compreensão de que as sociedades não são naturais, mas construídas pelos seres humanos e diferentes culturas estando sempre em transformação, pois decorrem da forma como as pessoas se organizam para produzirem suas existências, relacionando-se com a natureza de diferentes maneiras.

Ao professor cabe colocar em seu plano de ensino o estudo sobre a África, não queremos aqui relacionar este conteúdo somente à disciplina de história, pois o mesmo pode ser relacionado à outras disciplinas de diferentes maneiras, assim, diferentes metodologias podem ser utilizadas para apresentar os conteúdos de história, o professor precisa organizar seu planejamento a partir de pesquisas e dos conceitos já trazidos por seus alunos.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (Diretrizes Nacionais pag. 15,2004)

No intuito de qualificar o trabalho desenvolvido, cabe à equipe gestora possibilitar a formação continuada aos profissionais de acordo com a temática, promovendo também momentos de estudos e reflexões durante as permanências, bem como acompanhar as práticas pedagógicas desenvolvidas.

É fundamental propiciar um espaço democrático, que viabilize a participação de todos os envolvidos na construção de caminhos que levem ao combate das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Deve-se ter claro que o papel da escola é informar e construir o conhecimento para além das salas de aula. Neste contexto, buscar ferramentas que possibilite também atingir a toda comunidade escolar.

5.4 Projetos e Programas

Na Escola Municipal CEI David Carneiro são realizados projetos de Coral, Fanfarra, Flauta Doce, Percussão, Atletismo, Tênis, Jornal Eletrônico

Escolar Extra Extra visando a qualidade do ensino aprendizagem dos estudantes.

5.4.1 Proerd

O Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD – é a versão brasileira do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education – D.A.R.E., surgido em 1983. No Brasil o programa foi implantado em 1992.

O PROERD consiste em uma ação conjunta entre o Policial Militar devidamente capacitado, chamado Policial Proerd, professores, especialistas, estudantes, pais e comunidade, no sentido de prevenir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajuda-los a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem ao uso de drogas a à prática de violência, desenvolvendo habilidades para resisti-las.

Os encontros com o Policial Proerd acontecem semanalmente com os estudantes do 5º ano, durante 10 semanas.

5.4.2 Ler e Pensar

O Projeto Ler e Pensar é desenvolvido na Escola CEI David Carneiro pela parceria entre o Instituto GRPCOM, Gazeta do Povo e Secretaria Municipal de Educação de Curitiba com objetivo de incentivar a leitura e cidadania, fazendo uso do Jornal impresso e virtual como ferramenta para agregar o trabalho desenvolvido pelos professores desde 1999.

Seu objetivo é contribuir para que a comunidade escolar compreenda a importância da leitura e da democratização da informação no processo ensino-aprendizagem, na construção do conhecimento e na formação de crianças e jovens para o exercício da cidadania.

Para isso, o projeto apresenta o jornal como um recurso pedagógico complementar, voltado ao aprimoramento da expressão oral e escrita, capaz de ampliar e dar significado aos conteúdos escolares, estimular o pensar integral, desenvolver a reflexão crítica, possibilitar uma melhor compreensão da realidade, estimulando a atuação efetiva de estudantes e educadores no contexto social.

Sua proposta é oferecer subsídios para o professor utilizar o jornal como recurso pedagógico complementar e integrador às disciplinas do Ensino Fundamental. Elaborando sugestões de atividades pedagógicas, a partir da contextualização e aproximação das notícias de jornal com o cotidiano da comunidade escolar.

5.4.3 Projeto Bullying não é Brincadeira

O lançamento do projeto Bullying não é Brincadeira foi realizado em 09 de junho de 2014 com a implementação do projeto em todas as escolas até o final do ano de 2016.

O projeto foi criado pela Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais para promover nas unidades escolares da rede municipal de ensino a temática do respeito às singularidades e desenvolver a cultura de paz e respeito no ambiente escolar.

O objetivo do projeto é pesquisar e refletir sobre as causas e consequências do bullying, tomando como partida as narrativas de alunos, professores, pais e responsáveis integrando-os a ação de combater essa ameaça que causa atitudes violentas, tanto dos agressores como das vítimas.

Os objetivos específicos deste projeto consistem em discutir com os alunos as principais causas de bullying, refletir sobre a necessidade de desenvolvermos ações educativas contra o bullying na unidade escolar, realizar

atividades orais e escritas que estimulem a reflexão sobre as práticas de violência no espaço escolar, discutir o respeito as diferenças no espaço escolar e construir uma proposta de regras de convivência e contra o bullying na unidade escolar.

5.4.4 Conhecer para Prevenir

O Programa Conhecer para Prevenir (CPP) foi idealizado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC CURITIBA, e elaborado em parceria com as Secretarias Municipais da Educação - SME e da Defesa Social - SMDS, no intuito de atender às orientações preceituadas no Decreto Federal n.o 5.376/05 e na Lei Municipal n.o 11.645/05.

São realizadas orientação e o suporte técnico pela equipe de Proteção e Defesa Civil Municipal, como também a unidade conta com o acompanhamento do Núcleo Regional da Educação e da Defesa Social, bem como, representantes dos Departamentos da SME e da SMDS.

As crianças recebem noções de análise de riscos, meios de prevenção, conceitos de defesa civil e conhecem os principais fenômenos naturais, deste modo, despertando nos futuros agentes mirins consciência de preservação do meio ambiente, prioritariamente dos recursos naturais: água, ar e solo.

Os servidores da unidade participam de capacitação em Prevenção e Combate a Incêndios, Primeiros Socorros e Plano de Abandono.

5.4.5 Programa Comunidade Escola

O Programa Comunidade Escola foi lançado em 2015 pela Prefeitura de Curitiba para manter as escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba abertas para a comunidade, aos sábados e domingos, num compromisso com

a continuidade, o aperfeiçoamento e as mudanças nas áreas de atendimento a demandas sociais, abrangendo o combate à violência, a ação social e a segurança alimentar, a educação infantil e o ensino fundamental, a cultura e o esporte e lazer.

O objetivo dessa ação é promover o espaço para o exercício de cidadania, para a organização comunitária e para aproximação entre comunidade e escola com o reconhecimento e respeito aos diferentes saberes.

As atividades nos finais de semanas são realizadas por pessoas e/ou instituições que atuam de forma voluntária, escolhidas de acordo com a demanda da comunidade e uma equipe local formada por integrantes da escola e da comunidade, com a orientação da Secretaria Municipal de Educação – SME.

Na escola o Programa Comunidade Escola foi implantado em 2005, com abertura aos sábados e domingos das 9h às 17h com atuação nos eixos de esporte e lazer, cultura, educação e cidadania, saúde e geração de renda.

5.5 Avaliação da Aprendizagem

Sendo a avaliação um dos aspectos do ensino pelo qual os professores estudam e interpretam os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e emitir parecer, a avaliação deve proporcionar dados que permitam à escola promover a reestruturação e a relevância do currículo.

A avaliação do aproveitamento escolar será contínua, permanente e cumulativa, tomada na sua melhor forma, preponderando os aspectos qualitativos da aprendizagem, por meio de técnicas e instrumentos diversificados, sendo vedada uma única oportunidade de aferição e de acordo com a LDB nº 9.394/96 é necessário submeter o estudante a mais de um tipo de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo

estudante e pelo professor, em conjunto observando quais são os seus avanços e necessidades, para que possa aperfeiçoar a prática pedagógica.

Podemos citar a avaliação Formativa que é destinada a informar a situação em que se encontra o educando, no que se refere ao desenvolvimento da sua aprendizagem e no alcance dos objetivos programados para o período escolar.

A avaliação formativa é um processo permanente de reflexão e ação, constante diagnóstico, concebendo o conhecimento como uma construção histórica, singular e coletiva dos sujeitos.

A dinâmica da avaliação formativa envolve:

- a) A auto avaliação do aluno, do grupo, da turma e dos professores.
- b) O conselho de classe participativo, com todas as pessoas envolvidas no processo de avaliação geral da turma.
- c) A análise do relatório descritivo do educando pela família e elaborado pela professora, momento coletivo de reflexão entre pais, professores e alunos sobre a construção da aprendizagem da turma, na qual o educando está e das demais atividades desenvolvidas na escola.

A elaboração de um relatório descritivo individual, realizado pelos professores, o que chamamos PARECER DESCRITIVO. Esse parecer é preenchido trimestralmente pelos professores, que analisam os objetivos a serem alcançados, tendo como instrumento norteador das ações do planejamento e avaliação o Currículo e os Planos Curriculares do Ensino Fundamental.

A Equipe Pedagógica da Escola Municipal CEI David Carneiro utiliza para diagnosticar o avanço na aprendizagem dos alunos, avaliações trimestrais, atividades significativas para o aluno que ficam em portfólios e o caderno de texto que acompanha o aluno em cada ciclo.

Durante o processo avaliativo, o professor registra o avanço pedagógico apresentado pelo estudante. Esse sistema de avaliação prevê, como forma de registro do rendimento escolar, um parecer vinculado à organização curricular, baseado nos conceitos definidos para cada ciclo e nos critérios gerais a eles referidos, possibilitando ao professor elaborar sua proposta de ação, considerando as características próprias do grupo em que

atua. Os estudantes participam de avaliações externas promovidas pelo governo Federal como: Simare, Prova Brasil, Provinha Brasil e Ana.

Logo após, proceder-se-á a análise diagnóstica da turma e quais suas necessidades, na busca de ideias e soluções para os casos mais relevantes apontados.

As questões levantadas serão retomadas nos horários de permanência do professor, com os encaminhamentos que se fizerem necessários, com retorno no próximo Conselho de Classe.

Em 26 de abril de 2016 foi publicada a Instrução Normativa nº 5 que orienta os procedimentos para o acompanhamento da avaliação dos Conselhos de Classe Trimestrais nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Curitiba. O Conselho de Classe é o momento e o espaço permitido para discussão e análise de todos os profissionais que fazem parte do processo de avaliação de aprendizagem dos estudantes. Ao discutir coletivamente as intervenções necessárias para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem em todos os componentes curriculares, adequando os encaminhamentos metodológicos e a organização dos conteúdos curriculares e práticas educativas.

Os critérios de avaliação do aproveitamento escolar e os resultados parciais e finais dos processos de avaliação serão disponibilizados aos pais ou responsáveis em datas definidas no início do ano letivo.

O aluno que ao final do ciclo não dominar os conceitos trabalhados, não atingindo os objetivos propostos para o ciclo, passará por uma Equipe Multidisciplinar, EPA e professores envolvidos que farão uma avaliação do seu processo de aprendizagem emitindo um parecer quanto à progressão ou permanência no ciclo.

Acontecerão nos dois ciclos de aprendizagem.

Atenderá alunos com defasagem entre faixa etária e escolaridade.

A progressão implica necessariamente, modalidades alternativas de adaptação, reclassificação, avanço, reconhecimento e aproveitamento escolar, bem como a necessidade de controle de frequência dos alunos e dos dispositivos regimentais pertinentes. Essa progressão ocorre por: progressão simples (PS): para o estudante que prosseguirá normalmente seus estudos de um ano para o outro, no mesmo ciclo, ou de um ciclo para o outro; progressão

com necessidade de apoio pedagógico (PA): para o estudante com necessidade de acompanhamento em algum componente curricular. Progrida para o ano ou Ciclo seguinte mediante elaboração e acompanhamento de plano de apoio pedagógico e reprovado (REP): para o estudante que ao final do Ciclo apresentou dificuldades pedagógicas acentuadas, mesmo após passar por avaliação pedagógica individualizada dos professores e equipe pedagógica e recuperação de estudos.

A progressão do estudante de um ano do Ciclo para outro depende exclusivamente da frequência mínima de 75% do total da carga horária letiva no ano determinada legalmente e regulamentada pela escola em seu Regimento Escolar. Atendendo Decreto-Lei N.º 1.044, de 21 de outubro de 1968 e Parecer N.º 06/98 as faltas justificadas por atestados médicos, não serão consideradas neste cálculo e, para tal, serão anotadas no “Registro de Frequência e Avaliação – RFA”, com “FJ” para serem cadastradas e computadas corretamente no Sistema de Gestão Escolar.

Para a progressão do estudante matriculado após o início do ano letivo, a frequência mínima será computada a partir da data efetiva de matrícula.

A regularização da vida escolar do estudante dar-se-á através da classificação do estudante em qualquer série/ano/período/etapa/ciclo/fase do ensino fundamental, exceto para 1º ano, independente de escolaridade anterior, de acordo com o disposto na LDBEN nº 9394/96 Art. 24, Inciso II, alíneas a, b, c, na Del. nº 09/01 – CEE/PR Arts. 21, 22, 23 e 27 na Del. nº 05/2010 – CEE/PR Art. 11. A reclassificação do estudante dar-se-á de acordo com o disposto na LDBEN nº 9394/96, Art. 23, parágrafo 1º e Art. 24, Inciso V, alínea c e Del. nº 09/01 – CEE/PR – Art. 24 e 27 e Parecer nº 721/07 – CEE/PR.

5.6 Avaliação Institucional

A sociedade brasileira já está reconhecendo hoje a importância da educação como um dos fatores básicos para solucionar os desafios da desigualdade social, econômica e cultural em um mundo caracterizado pela velocidade das transformações na economia e na tecnologia. Para a escola

desempenhar o papel que a sociedade espera dela, enfatizam-se hoje, os princípios da autonomia. A autonomia que permite à escola afirmar a sua singularidade e concretizar a sua autogestão.

Na escola organizada em ciclos não cabe avaliar para classificar, excluir ou sentenciar, aprovar ou reprovar. É fundamental que a avaliação seja orientada pela lógica da continuidade dos processos de formação. A avaliação deve ser entendida como:

- Um processo contínuo de aperfeiçoamento do ensino;
- Uma ferramenta para o planejamento e gestão compartilhada da escola;
- Um processo sistemático de prestação de contas à sociedade.

A Avaliação Institucional da Rede Municipal de Ensino acontece por meio dos Parâmetros Indicadores de Qualidade (PIQ), desde o ano de 2015. Essa avaliação acontece com a discussão dos Parâmetros Indicadores de Qualidade que deve ser um processo contínuo envolvendo toda a comunidade escolar. Essa avaliação é realizada ao final de cada ano letivo, em data prevista no calendário escolar.

O objetivo desta avaliação é reunir a comunidade escolar para que tomem conhecimento dos pontos forte e das fragilidades do trabalho realizado e planejar as estratégias necessárias para mobilização de todos. O aspecto marcante da Avaliação Institucional é a preocupação com a finalidade das ações educativas da escola, em particular, as relativas ao ensinar e aprender. Deve ser um processo contínuo e aberto, no qual os setores da escola pedagógicos e administrativos reflitam sobre seus modos de atuação e os resultados de suas atividades em busca da melhoria da escola como um todo.

Uma Avaliação Institucional das atividades da escola deve ser desenvolvida tendo em vista alguns princípios básicos:

- Aceitação ou conscientização da necessidade da avaliação por todos os segmentos envolvidos, dos executores aos beneficiários;
- Reconhecimento da legitimidade e pertinência dos princípios norteadores e critérios a serem adotados;
- Envolvimento comprometido direto de todos os segmentos da comunidade escolar $\frac{3}{4}$ interna e externa $\frac{3}{4}$ na execução e na implementação

da melhoria do desempenho escolar, tanto administrativo (gestão), quanto pedagógico (ensino).

A avaliação institucional da escola tem por objetivo rever e aperfeiçoar o Projeto Pedagógico da escola, promovendo a melhoria da qualidade, pertinência e relevância das atividades desenvolvidas na área pedagógica e na administrativa.

Para atingir os objetivos visados, a avaliação institucional deve se caracterizar por:

- Levar em consideração os diversos aspectos inter-relacionados das atividades – fim e das atividades de apoio;
- Buscar a participação comprometida dos membros das comunidades internas e externas da escola;
- Ser contínua e sistemática, para promover permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição de objetivos e das prioridades da escola.

É fundamental entender que a Avaliação Institucional não deve estar vinculada a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, a avaliação institucional deve prestar-se para auxiliar na identificação e na formação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para aperfeiçoamento de insuficiências encontradas.

6. Referências

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL** , Art. 205, “Educação para Todos”-1988;
- CURITIBA, CURRÍCULO BÁSICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**; Currículo Básico: Compromisso Permanente para a Melhoria da Qualidade do Ensino na Escola Pública, Gestão 1997 – 2000;
- DELIBERAÇÃO CEE nº 02/05** – Educação Infantil;
- DELIBERAÇÃO CEE nº 03/06** – Implantação Fundamental de 9 anos;
- DELIBERAÇÃO CEE nº 014/99** – Indicadores para Elaboração da Proposta Pedagógica;
- CURITIBA, SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**; Diretrizes Curriculares 2006;
- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS**: Ensino Fundamental, e Médio, Educação Infantil, Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB - Lei 9394/96**;
- LEI nº 10.639/06**, de 09 de janeiro de 2003, obrigatoriedade do estudo de História e Cultura afro-brasileira, no ensino fundamental e médio e estabelece novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais no Brasil;
- LEI nº 10.172**, de 09 de janeiro de 2001, do Plano Nacional da Educação;
- LEI nº 11.114**, de 14 de maio de 2005, matrícula dos menores a partir dos seis anos de idade no Ensino Fundamental;
- LEI nº 11.274**, de 06 de fevereiro de 2006, Art. 32, Ensino Fundamental obrigatório com duração mínima de nove anos;
- LIMA**, Elvira Souza; Ciclos de Formação..., pág. 28;
- MACHADO**, Nilson José (1999, pg. 275);
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**; Secretaria de Educação Fundamental; Brasil; Brasília; MEC/SEF; 1997
- VYGOTSKI**, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. São Paulo: Icone e Edusp, 1988.